

SESSÕES DO PLENÁRIO

80ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados:

(Lê):- “EXMº. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA.

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 21.293/2015, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2015.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 17/08/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados e, principalmente, os presentes às Galerias Paulo Jackson, esta Presidência conversou com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eserval Rocha, e este me fez um apelo para votarmos o projeto de reajuste dos servidores. Em conversa com o governador Rui Costa, tomamos a decisão de votarmos o projeto hoje, se possível. (Palmas.)

Para votarmos hoje, é necessário um acordo dos Líderes do governo e da Oposição. Só poderemos votar se houver dispensa das formalidades e não houver qualquer dificuldade regimental. A Presidência quer votar hoje, mas depende do Plenário. Se os Líderes da Oposição e do governo fizerem um acordo votaremos o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o nobre deputado Tom Araújo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários da Justiça que estão nas Galerias nesta tarde de terça-feira, quero relatar a visita que o Bloco da Oposição fez à microrregião de Itabuna na semana passada. Tive a satisfação de visitar a região. Quando fiz a visita, ao lado dos colegas, verifiquei que há obras paralisadas por parte do governo do Estado, e muitos compromissos assumidos em campanha e não honrados, a exemplo da BR-415, que o governo prometeu a duplicação. Mas a duplicação não chega e o governo não pede desculpas, nem pede tolerância à população, porque ainda fará daqui a um tempo. Ou seja, renovando os compromissos.

O aeroporto de Ilhéus, que atende à Região do Cacau, é um dos mais perigosos do Brasil. Há um rio de um lado e o mar um pouco à frente. Os pilotos pousam segurando as aeronaves, com medo de elas caírem no mar. E foi prometida em campanha a construção de um novo aeroporto. A pista tem 1.600 metros. Quem não se lembra do desastre, em São Paulo, com um avião da TAM que pousou, atravessou a pista e caiu no próprio hangar da empresa? E eu me pergunto: quando é que se tomará uma providência? Quando acontecer um acidente em Ilhéus?!

O Centro de Cultura de Itabuna representa uma fortuna enterrada de investimento público que se deveria levar em consideração e concluir as obras. Por que na época da campanha se promete, assume-se compromisso e depois se esquece

do que se firmou com a população e com a sociedade?

É por isso que vemos, a cada dia, a autoestima das pessoas, quando se fala sobre política, descer pelo ralo. E eu me pergunto: cadê o compromisso do governo? Cadê o comprometimento daqueles que obtiveram mais de 50% dos votos nas últimas eleições?

Fico também a me perguntar como é que o Hospital Geral da cidade de Ilhéus que teve investimentos para a ampliação está com a obra paralisada?

Aproveito a presença do meu nobre amigo presidente Marcelo Nilo, a quem respeito muito, para dizer que a Oposição deu entrada ao pedido de abertura de uma CPI, justamente, para tentar apurar as obras paralisadas por parte do governo. E quero externar a minha indignação, presidente Marcelo Nilo, por conta do arquivamento que V.Ex^a, como presidente, cometeu. Inclusive, isso é uma indecência. É ferir a democracia quando se faz ou se deixa de fazer, de cumprir, o que determinam o Regimento, a Constituição do nosso Estado que diz que com 21 deputados consegue-se abrir uma CPI. Mas, aqui é diferente do que acontece em Brasília onde assistimos pelas *TV Câmara* e *TV Senado* serem criadas CPIs. Inclusive, presidente, eu o respeito muito, mas não esperava a atitude de V.Ex^a de arquivar um pedido de CPI.

Peço, desta tribuna, que V.Ex^a tenha o sentimento democrático de fazer com que a apuração das possíveis irregularidades seja feita nesta Casa Legislativa.

Quero também, com a compreensão do nobre presidente Adolfo Menezes, saudar o meu nobre amigo vereador Yuri...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. TOM ARAÚJO:- (...) de Teixeira de Freitas, que muito nos honra com a sua visita. Yuri, seja bem-vindo a esta Casa para visualizar esse plenário. Você que é tão jovem, um dia chegará a esta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Robinho (Pausa.) Na ausência do deputado Robinho, com a palavra o deputado Pablo por 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente Adolfo Menezes, membros do Poder Judiciário, funcionários que estão legitimamente ocupando as galerias desta Casa, imprensa, amigos deputados e deputadas, todos que nos assistem através da *TV Assembleia*, estive ontem nesta tribuna para cobrar, pedir ao presidente desta Casa, nobre deputado Marcelo Nilo, que se posicionasse a respeito do pedido de abertura de uma CPI nesta Casa que foi encabeçada pelo deputado Luciano Simões Filho e que até ontem não havia nenhum pronunciamento da presidência desta Casa a respeito.

Infelizmente, logo depois do meu pronunciamento ontem, tivemos a resposta do presidente Marcelo que, com o relatório da Procuradoria desta Casa, engavetou, negou a constituição da CPI argumentando de que não havia fato concreto, fato esse que há, porque mais de 200 obras, deputado Gika, começaram, gastaram o dinheiro

público, estão paradas em todo o interior do Estado, obras que fazem parte da enganosa propaganda do governo, além dessas obras, desses fatos, o deputado e presidente Marcelo Nilo argumentou, através da sua Procuradoria, que não instalaria a CPI, porque as obras eram recursos do governo federal. Ora, é óbvio que essas obras também têm recursos do governo estadual.

Infelizmente, o presidente, não sei se por sua alcunha ou da procuradoria, emitiu um parecer cerceando o direito de nós, deputados de oposição - que cumprimos todos os requisitos para que a CPI fosse instalada - fiscalizarmos. Ninguém veio aqui dizer que há incorreções nas obras, mas as obras estão paradas e se gastou dinheiro público. Dinheiro público que vem do bolso dessas pessoas, dinheiro público que poderia estar locado para o aumento de todo o funcionalismo público, como é o caso dos servidores da Justiça, e que está sendo gasto irresponsavelmente. Vivemos num País onde o discurso político, as ações políticas estão cada vez mais pobres. E quando não vemos governante eficaz e eficiente, como é o caso desse governador que aí está, cada um fica querendo cuidar da sua vida. E a vida do coletivo está sendo prejudicada.

Venho aqui, novamente, cobrar e fazer um apelo ao presidente desta Casa, ao deputado Marcelo Nilo, que reveja essa posição e que dê o direito aos deputados de Oposição de fiscalizar, fazer o que fomos eleitos para fazer, que é fiscalizar as obras do governo do Estado. E os deputados de governo e o próprio governo, através da sua secretaria ou sei lá que representante legal, venham aqui mostrar para onde está indo esse dinheiro.

Gostaria também, deputado Adolfo, que está presidindo esta sessão, de dizer em alto e bom som que, domingo retrasado, vimos o Sr. Maurício Bacelar, superintendente do Detran, fazer um convênio de cooperação técnica com a central de creches, que sabemos que não representa nada, porque conhecemos a fundo. Essa matéria saiu no jornal A Tarde de domingo. Na verdade, esse convênio, vejam bem e pasmem, é para ensinar crianças de 0 a 5 anos sobre a legislação do trânsito. Estamos com dificuldades em tanta coisa, saúde, a segurança do nosso Estado é uma vergonha e gastando dinheiro público para isso. Isso está com cheiro de maracutaia. É bom o superintendente Maurício Bacelar vir à público dizer quanto será gasto nisso, porque até no Diário Oficial ainda não foi publicado. Estaremos aqui a fiscalizar esse dinheiro que não sei para onde vai. O Detran está sob suspeita, porque não presta o serviço legal que deveria, cobra taxas abusivas das pessoas que precisam e, infelizmente, não tem transparência nenhuma.

Fica aqui o recado para o diretor Maurício Bacelar: Estamos de olho nas suas ações e estamos atentos. E aqui fica o apelo para o presidente da Casa, por favor, reveja a sua posição, deixe os deputados de oposição cumprirem o seu papel, esta Casa, o governo do Estado e o Estado da Bahia precisam dos deputados de oposição. Fazemos parte de uma parte da Bahia que sonha com uma Bahia melhor. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde a todos os colegas aqui presentes, cumprimento todos vocês que vieram aqui reivindicar o direito de vocês, quero agradecer a todos os colegas que assinaram um documento para a criação da Frente Parlamentar. Quero dizer aqui, em nome dos deputados Hildécio, Luciano, Robério, Tom, que criamos hoje a Frente Parlamentar Municipal. Quero dizer também as lideranças de governo, sou um deputado do PP e faço parte da base do governo, acima de tudo quero dizer aos colegas que fazem parte da base do governo, como ex-prefeito, sou um deputado municipalista. Acredito no municipalismo, fui prefeito por oito anos e vivi os problemas de um prefeito, vivi os problemas que os gestores públicos convivem em seu município. Vivemos momentos de crise no país, vivenciamos isso e sabemos que o governo do Estado da Bahia tem passado por dificuldade, sabemos que o governo federal também tem passado por dificuldades e sabemos que os prefeitos estão passando por dificuldades também.

Ouvi do deputado Luciano sobre projetos de leis encaminhados a esta Casa, e quero, antecipadamente, dizer aos colegas, dizer ao meu Líder do governo com relação ao projeto de Consórcios Municipal de Saúde, de antemão, quero avisar que farei uma emenda. Há também o projeto com relação à extinção do fundo Fies. Antecipadamente, quero dizer ao líder do governo que sou contra porque os municípios já estão em dificuldade. Não é criando leis que vão impedir os poucos recursos que são repassados para os municípios e dessa forma quero dizer a todos vocês que sou contra esse tipo de projeto.

Sou da base do governo, mas acima de tudo sou municipalista e vou defender os interesses dos municípios. Assim, como o governo está passando por dificuldade, sabemos que os municípios passam também por dificuldades. Temos que criar outras alternativas, não é tirando pequenos repasses dos municípios que o Estado vai resolver o seu problema e aumentando os problemas dos municípios.

Com relação ao Consórcio de Saúde, sabemos que em todos os programas de saúde que são PSF, Samu, todos os programas de saúde que vão para os municípios, todos eles são programas deficitários. Precisamos analisar a questão do consórcio, precisamos discutir a questão dos consórcios para que os municípios não recebam mais um benefício negativedo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, galerias, quero manifestar uma preocupação e quem sabe até uma indignação também com relação ao projeto de lei de nº 72/2015, da vereadora de Salvador Kátia Alves, do DEM. O projeto visa cobrar ou instituir taxa para a realização de atividades físicas em áreas

públicas aqui na cidade de Salvador, com o argumento de regulamentar a exploração comercial dessas práticas. E fica uma preocupação nossa com relação a esse projeto. Sabemos das dificuldades da cidade de Salvador sobretudo em ter áreas públicas com capacidade de receber bem o soteropolitano, áreas de lazer, mas principalmente com relação à questão da saúde ou da promoção de saúde com qualidade.

Hoje, o que mais vemos nas praças de Salvador são os clubes, 20, 30 pessoas correndo em uma atividade organizada com um profissional de educação física qualificado, inclusive, pelo CREF - Conselho Regional de Educação Física, promovendo a saúde, dando dignidade e elevando a autoestima das pessoas. E muitas daquelas pessoas que praticam essa atividade de rua, na realidade, não têm nem condições de pagar individualmente àquele profissional de educação física, ou seja, cotizam-se entre elas com 100 reais, 150 reais, para pagar ao profissional.

E vem um projeto como esse, que define os espaços. Obriga esses profissionais, inclusive, a saírem de pessoa física para jurídica. Na realidade, criando dificuldades para que possamos ter, cada vez mais, promoção da saúde na cidade do Salvador, e também das atividades esportivas.

É algo que precisamos discutir, esse projeto pode ser até do âmbito, claro, dos vereadores, mas nós, deputados de Salvador, votados em Salvador, temos esse compromisso e essa responsabilidade de chamar a atenção com relação a isso. Muitas das federações baianas esportivas, de modalidades diversas, também delas estão cobrando taxas, e a grande maioria não tem fins lucrativos ou econômicos. Pagam taxas de 2 mil reais, de 3 mil reais à Sucom, pagam taxa à Transalvador, e elas nem sequer têm condições de fazer uma atividade esportiva aqui.

Então, existe uma preocupação muito grande nossa. Falei com o meu querido deputado Pablo, sei que ele comunga desse mesmo sentimento, e vou até pedir que V.Ex^a interceda junto ao prefeito ACM Neto para que ele não sancione essa lei, porque será um prejuízo enorme às atividades esportivas, às atividades físicas na capital, ainda mais, sobretudo, com relação a esses clubes de corrida.

E são profissionais, volto a dizer, na sua grande maioria credenciados pelo Conselho de Educação Física, pelo CREF, portanto são profissionais qualificados e que podem, obviamente, prestar um grande serviço ao cidadão que o contrata, ao cidadão que paga o seu salário. Então, é muito importante a nossa participação como parlamentares no convencimento do prefeito ACM Neto, para que não caia nessa armadilha do pouco que se tem em Salvador de atividades físicas e esportivas, por conta de taxas, com o argumento de pelo menos organizar essas atividades, e acabe causando prejuízo à saúde da população de Salvador.

É bom lembrar que a prática esportiva e a atividade física são importantes instrumentos para um melhor desenvolvimento social. É importante, também, lembrar que essas práticas produzem uma vida mais saudável e proporcionam a inclusão social.

Portanto, é o que nós queremos cada vez mais, Sr. Presidente, inclusão social, participação do povo, uma sociedade mais organizada, com mais políticas públicas

para que possamos ter uma Salvador e uma Bahia muito melhores.

Obrigado, meu presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputados, Deputadas, demais cidadãos que nos acompanham, na verdade, gostaria de fazer um esclarecimento público, neste momento de turbulência política que passo. A sociedade baiana tem acompanhado os nossos posicionamentos, em que não tenho me alinhado ao governo do Estado. O partido, por sua vez, no momento, não tolera esse tipo de comportamento, e por isso estamos conversando nesse sentido. Tenho me alinhado ao posicionamento da Oposição aqui na Casa, andando junto, partilhando, justamente, os seus ideais.

Quero deixar claro aqui, para que não paire mais dúvida, que só existem 4 formas de eu sair do partido: se houver uma fusão do partido, se houver a criação de um partido novo ou se eu for colocado para fora, ou ainda no caso de haver uma janela partidária. Não existe outra possibilidade de eu sair do partido. Então, sendo assim, eu quero deixar claro que só sairei do partido se for colocado para fora, se for criado um partido novo ou se houver uma fusão com outro partido, ou ainda por uma janela partidária.

Dessa forma, deixo claro o meu posicionamento: meu alinhamento de ideias é realmente com o grupo da Oposição, participo das reuniões, temos hoje os mesmos ideais. Então, espero que fique claro à imprensa que tem me procurado: só existem 4 formas de eu sair do partido. Vou dizer isso para que todos fiquem bem atentos: primeiro, ser colocado para fora do partido, ser expulso; outra forma seria por fusão de partidos; outra seria a criação de um partido; e mais uma que poderia ser, se houver, que é uma janela partidária. Somente sairei do partido por um desses caminhos. Agora, aqui, o meu posicionamento realmente é com o grupo do PSDB, do DEM, do PMDB, dos colegas do PV, com o grupo dos colegas que fazem oposição ao governo do Estado por não concordarem com a forma como vêm sendo colocados em prática os destinos do Estado da Bahia.

Participei, ajudei no que pude, mas não concordo. Participei do governo Wagner depois da criação do PSD, mas não participei do governo Rui. E dessa forma preferi. Enquanto uns querem entrar, se aliar, aderir ao governo, eu estou saindo no início do governo porque não posso compactuar com as ideias e os direcionamentos que o governo do Estado tem colocado. Dessa forma, falando publicamente, no púlpito, estou esclarecendo de forma peremptória, sem dúvida, que só sairei do partido dessa forma: colocado para fora, criação de um partido, fusão ou a janela partidária.

Muito obrigado, Sr. Presidente! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, digníssimos funcionários e funcionárias desta Casa, público que nos acompanha nesta sessão da tarde de hoje, venho a esta tribuna para tratar muito mais de um assunto de reputação pessoal, Sr. Presidente, do que de assuntos costumeiros que debatemos aqui. Refiro-me a uma nota publicada em um veículo de comunicação do nosso Estado que traz a notícia de que um assessor de um deputado teria sido preso e o deputado fez vaquinha para liberar o funcionário.

Meu caro presidente, me sinto no dever e na obrigação de prestar satisfação aos meus colegas, deputados e deputadas, de prestar satisfação à Mesa Diretora, ao presidente, a todos os funcionários desta Casa e ao público de modo geral. Tenho absoluta tranquilidade de que não nomeei em nosso quadro nenhum marginal.

O caso desse cidadão, uma pessoa de origem humilde, afrodescendente, uma liderança comunitária, um homem que, apesar da sua origem humilde, é muito bem relacionado na cidade com advogados, médicos e outros políticos; mas que passou por um dissabor que eventualmente pode acontecer com qualquer homem de bem. E, ele como trabalhador que é, possui uma casa de negócios, um bar, em que trabalha à noite para complementar o seu orçamento.

Na noite do sábado, foi surpreendido quando dois homens adentraram a sua casa e a polícia veio em perseguição a esses dois homens e também adentrou a casa do nosso funcionário, que tentou impedir a ação da polícia. E aí os policiais o prenderam por desacato à autoridade e por, supostamente – supostamente! – porte de arma em seu estabelecimento.

Compreendo e aceito o trabalho da imprensa, porque esta é a sua missão, informar ao público, mas também temos de entender que, às vezes, na vontade insana de divulgar a notícia, termina não refletindo bem a realidade dos fatos.

Esse homem, que foi vítima desse fato desagradável, goza de tanta amizade no seio social da cidade que, em pleno domingo de sol em Valença, mais de cinco advogados se dispuseram a trabalhar para libertar o afrodescendente nosso funcionário. Mais profissionais liberais, médicos e outros políticos tentaram interferir, juntaram-se e pagaram a fiança de apenas 800 reais para liberar o rapaz. A manchete do jornal diz que o deputado fez vaquinha com sua turminha para provavelmente libertar o marginal.

Venho a esta tribuna com toda a tranquilidade e convicção de que nomeei um cidadão de bem. Porém, como foi criado o problema, também tenho a hombridade de exonerá-lo, até que o processo seja concluído e fique provada a sua inocência. Repito: reitero que tenho a consciência tranquila, porque nomeamos um cidadão de bem.

Resta-me apenas, nestes poucos segundos, mais uma vez reiterar o nosso apoio e a nossa solidariedade ao deputado Luciano Simões pela iniciativa de requerer a CPI

das Obras Paradas em nosso Estado. Nós tivemos a oportunidade de visitar as cidades de Ilhéus e Itabuna e presenciar o descaso do governo com a população baiana, deixando abandonadas obras que nem foram iniciadas, as que iniciaram e pararam e as que foram quase concluídas no passado, mas que o tempo está se encarregando de acabar. O dinheiro público foi gasto, mas sem conclusão delas infelizmente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, funcionários do Judiciário, candidatos aprovados no concurso para agente penitenciário em setembro de 2014 e que aguardam a convocação até hoje, acho que vocês merecem o respeito do governo do Estado. Foram classificados e perderão a condição de assumir seus cargos no dia 28 de novembro deste ano. Este Poder Legislativo tem o dever de lutar para que esses cidadãos concursados tomem posse dos cargos em disputa no concurso que fizeram um ano atrás.

Gostaria também de chamar atenção do governo do estadual. Várias vezes Executivo retirou projetos que se encontram sobrestando a pauta. Hoje, dois outros daquele Poder se encontram sobrestando a pauta e obstruindo a votação do projeto dos servidores da Justiça. Acho que o governo baiano, através da sua grande base nesta Casa, tem de respeitá-los retirando estas matérias que sobrestão a pauta. A Oposição ajudará, e votaremos o projeto do Judiciário hoje mesmo.

O governo da Bahia também precisa ter sensibilidade com os servidores da Secretaria do Meio Ambiente, que estão com três pautas com o secretário, que se nega a atendê-los: o plano de carreira, a gestão ambiental do Estado e as questões internas do Inema. Eles pedem à Comissão de Meio Ambiente desta Assembleia Legislativa que promova uma conversa com o secretário. Não obtivemos êxito até agora.

Essa não é a forma respeitosa de tratar os servidores da Sema, que pedem apenas para ter a oportunidade de conversar com o secretário Eugênio Spengler sobre a gestão ambiental do Estado da Bahia.

Gostaria de tratar também, daqui desta tribuna, dos contratos do Detran, que faz mais de 100 dias foram solicitados por este Parlamento, e o superintendente do Departamento vem fazendo ouvidos de mercador. Este Poder Legislativo tem de aprender a se posicionar. Não podemos ficar agachados para o Poder Executivo. Estão aí os servidores do Judiciário. O Executivo manda, e esta Casa obedece.

Acho que está na hora, deputada Luiza Maia, de cumprirmos com o nosso papel. Se somos um Poder independente, temos de agir com independência. Não adianta ficarmos aqui no amém ao Executivo. Enquanto estivermos fazendo isso, o a nossa Bahia continuará a andar a passos lentos. Com segurança e saúde públicas

deficientes e os servidores em todos os segmentos insatisfeitos, como é que é o nosso Estado pode avançar? (Palmas!)

Quero parabenizar a nossa Bancada da Oposição, que, apesar de ser menor em número hoje neste Legislativo, é a nossa Bancada. Ela aqui é minoria, mas é a que defende a maioria dos baianos. O interesse da maioria dos baianos atualmente é defendido por esta Bancada oposicionista. Aproveito as Galerias lotadas para fazer um convite aos baianos: chegou a hora de a sociedade apoiar a Oposição neste Parlamento, pois é ela que tem sido a voz da maioria dos baianos!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, concluirei com a tolerância de V.Ex^a.

Somos nós, deputada Luiza Maia, minoria nesta Casa, que estamos aqui a defender que o secretário do Meio Ambiente se sente com os funcionários da Sema, os quais solicitam uma audiência com ele já há um período. Somos nós que cobramos do governador...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, concluirei com a tolerância de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Estamos no Pequeno Expediente. V.Ex^a entrará no tempo de outro deputado e, assim, atrapalha.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, concluirei.

Solicito que o Líder da Bancada governista tenha sensibilidade e respeito aos funcionários do Judiciário, que lutam pelo reajuste linear. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos. Pode marcar.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}...

O Sr. Rosemberg Pinto:- O que é isso, deputada Luiza Maia?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Qual é o problema, deputado Rosemberg? V.Ex^a vai falar, sim. Ele já...

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) Deputadas, quero dar as minhas boas-vindas a esta turma que está nas Galerias Paulo Jackson, tanto o pessoal do concurso de agente penitenciário (Palmas!) Como o desta questão da votação do projeto hoje. Se o colega Adolfo Viana não ouviu a fala do presidente Marcelo Nilo no início, isso depende apenas de um acordo entre os Líderes da Oposição e do Governo. Espero que eles estejam fazendo-o para votar o projeto ainda nesta terça-feira. (Palmas!) Então, o deputado não ouviu o discurso e aí fez jogar para a galera, como se diz, ou à plateia.

Quero registrar igualmente a minha solidariedade aos concursados de 2014 do DPT, e também há novidades em relação a esse pleito deles.

Sr. Presidente, hoje é o Dia do Soldado e do Feirante. Faço a minha saudação especial a esses dois segmentos de trabalhadores da nossa sociedade importantes para a nossa democracia. Quero deixar os meus parabéns pelo dia deles!

Registro ainda, e com alegria, a seleção do nosso projeto que proíbe a publicidade com imagens eróticas, o qual está sendo apreciado pela Comissão de Mulheres da OAB nesta semana e foi selecionado pela Comissão Especial que o presidente Marcelo Nilo criou para 23 projetos de deputados serem votados.

Eu tinha feito uma jura de que, toda vez que subisse à tribuna, falaria e pediria que os projetos de deputados fossem colocados na pauta das sessões. Acho que o presidente, agora, atendendo não só o meu clamor, como também de outros deputados, está resolvendo fazer isso.

O nosso projeto, que é importante para o combate a violência e a desvalorização da mulher, é um prosseguimento daquela luta que tivemos com a Lei Antibaixaria. A Comissão de Mulheres da OAB me convidou, inclusive, para uma discussão, se eu não me engano, no dia 2 de setembro, para que a gente, realmente, aprofunde e ganhe a sociedade, porque eu sei que a cultura machista dessa sociedade... Todo o projeto que vem no sentido da valorização da mulher nem sempre é entendido por esta Casa e por alguns grupos de interesses. Eu queria pedir a esta Casa que nos ajude também nesse debate.

Eu farei uma concessão ao nosso deputado Luciano Ribeiro. Darei os 2 minutos que me restam, porque estou vendo a sua cara tão triste. Como eu falarei no Grande Expediente, V.Ex^a pode continuar.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, assistentes das Galerias Paulo Jackson, imprensa presente, queremos, no início da tarde deste dia que deve se prolongar nas votações previstas, reiterar as palavras no nobre deputado Adolfo Viana e, em nome da Oposição, me dirigir especialmente aos servidores do Judiciário.

A Oposição está a se comprometer em dispensar todas as formalidades necessárias para a aprovação do projeto de reajustamento do salário de vocês (Palmas.) Resta apenas ao governo, num gesto de grandeza e de boa vontade com vocês, retirar da pauta dois projetos que estão a sobrestá-la. Se o governo retirá-los, a Oposição, imediatamente, dispensa todas as formalidades para essa apreciação. (Palmas.)

Portanto, fica delineada a situação. O que nós não pudemos e não iremos fazer, espero que todos compreendam – certamente, o governo nos solicitará –, é deixar de apreciar projetos importantes que estão a sobrestar a pauta. Um desses projetos, que, inclusive, desfaz o patrimônio do servidor público, tem uma emenda de nossa autoria,

visando preservar esse patrimônio. Portanto, inicialmente, quero deixar bem delineado isso aí.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, hoje, temos dois projetos na pauta de votação. O primeiro deles trata da extinção do FIES, Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia, que visa dotar principalmente os municípios, deputado Herzem Gusmão, que são tão castigados, de recursos necessários para implementar a sua infraestrutura. Esse fundo que foi criado há um tempo, desde 2014, pasmem todos, deixou de existir, na realidade, porque o governo não o vem incentivando, mostrando a sua verdadeira face para com os municípios. Em outras palavras, o governo é inimigo dos pequenos, é inimigo daqueles que necessitam mais, os pequenos municípios do Estado da Bahia.

Hoje, o governo está querendo, com essa votação, extinguir definitivamente o FIES, que é um fundo de investimento da infraestrutura dos pequenos municípios, e a Oposição não pode concordar com isso.

Hoje, meu caro Adolfo Viana, quando abri o Diário Oficial logo cedo – aqui tanto de fala na contratação por meio do REDA – me lembrei logo de V.Ex^a que tanto cobra essa questão do Detran e dos REDAs. O governador, hoje, editou um decreto extinguindo as seleções públicas para a contratações de até 50 pessoas, por categoria profissional e município. Ou seja: cada município pode, por exemplo, na categoria de professor nível I, contratar 50 profissionais sem precisar fazer nenhuma seleção pública.

É o REDA, que esse governo tanto criticava no governo do Democratas, e agora eles inovam! Mas inovam para pior! Nem a seleção pública eles querem fazer. A seleção ocorrerá através de uma análise curricular. O currículo será encaminhado pelas lideranças políticas para o governo fazer a nomeação. É o Decreto nº 16.290, de 24 de agosto de 2015, que altera o Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

É dessa forma que o governo pretende governar com transparência. É dessa forma que o governo pretende fazer com que os males que ele tanto diz que são males do passado sejam agora renovados; sejam agora piorados para poder negar o direito ao servidor público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 25 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou há 3 semanas tentando ler um levantamento realizado pela minha assessoria – a quem quero agradecer – a respeito desse debate que está rolando no Brasil, sobre a crise

econômica.

Fiz questão de usar o Grande Expediente para que, com essa leitura, possamos iniciar uma discussão. Esta Casa precisa contribuir com esse debate nacional, precisa deixar claro e ter outras visões sobre o que está acontecendo no Brasil, e não só a visão da grande mídia, que faz sempre o mesmo discurso. Escolheu um determinado partido para penalizá-lo; escolheu militantes de determinados partidos para dizer que são os corruptos.

Acho que esse debate não está correto e não é justo. A corrupção tem que ser combatida de modo geral, e não se fazendo uma seleção, de todas as formas, inclusive as delações, para atacar apenas um partido que tem feito muito por este Brasil, um partido que não me envergonha, que é o Partido dos Trabalhadores. Sou membro desse partido há mais de 20 anos e tenho orgulho de participar dessa agremiação. Os errados, os que cometeram falhas, estão pagando. E os membros de outros partidos que cometeram as mesmas falhas também precisam pagar.

Faço questão de fazer essa leitura baseada em pesquisas realizadas por meus assessores.

(Lê):- *“Adriano Benayon: Doutor em economia pela Universidade de Hamburgo e autor do livro Globalização versus Desenvolvimento.*

Atilio Boron: Cientista político e sociólogo argentino. Diretor do Programa Latino-americano Educação em Ciências Sociais a distância, Buenos Aires.

Stanley Burburinho: Blogueiro com mestrado e PhD em TI pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

Fontes: Diário do Centro do Mundo; Revista Carta Capital; Revista Carta Maior; Revista Fórum; Conversa Afiada; Brasil 247; Viomundo e Jus Brasil”.

Neste momento, farei a leitura de opiniões que, apesar de concordar com elas, não são opiniões exclusivamente minhas, mas a partir de um levantamento, de um ensaio feito por meus assessores para que possamos dar início a esse debate, e esta Casa se coloque na linha de frente, na ponta de lança, para ajudar nesta discussão e também que a gente saia deste momento de dificuldade que vive o Brasil, no qual uma crise econômica está se transformando ou a Oposição quer transformá-la em uma crise política. Eu acho que o quanto pior, melhor não vai ser bom para ninguém.

Então, o título do nosso pronunciamento é (Lê):- *“Os interesses imperialistas por trás da crise.*

Não é nenhum exagero dizer que o Brasil vive momento decisivo de sua história. Se não quiser sucumbir, em definitivo, à condição de subdesenvolvido e (mal) colonizado, o povo brasileiro terá de desarmar a trama, o golpe em que está sendo envolvido.

Essa trama - que visa aplicar o golpe de misericórdia em qualquer iniciativa de autonomia nacional, no campo industrial, no tecnológico e no militar - é perpetrada, como foram as anteriores intervenções, armadas ou não, pelas oligarquias financeiras transnacionais e instrumentalizada por seus representantes

locais e pelo oligopólio midiático, como sempre utilizando hipocritamente o pretexto de combater a corrupção.

Isso significa pôr o País à mercê das imposições imperiais, sem que os brasileiros tenham qualquer capacidade de sequer atenuá-las.

Quando os portugueses começaram a colonizar o Brasil a partir de 1500, não tinham interesse em construir uma nação neste território, mas de explorar os recursos naturais desta terra. Os moradores nativos foram enganados, escravizados, expulsos para regiões mais distantes. Para possibilitar a exploração dos recursos da nova terra também foi necessário importar mão de obra escravizada da África.

Os ricos de hoje são herdeiros dessa tradição de exploração dos recursos naturais do País e de exploração do povo descendente de índios e de africanos. Quando os interesses dos seus sócios estrangeiros estão em jogo, os proprietários do capital, dos meios de produção e seus intelectuais não têm dúvida, preferem defender os interesses dos seus negócios com os imperialistas a defender a Nação brasileira e os interesses do nosso povo.

A prisão do almirante Othon, o homem que peitou os EUA, ilustra muito bem o raciocínio que estamos desenvolvendo. Vejam o que ele disse em 2004: 'Almirante (presidente da Eletronuclear e preso hoje pela Lava-Jato) denuncia: EUA enchem Brasil de espiões'. O almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, considerado o pai do programa nuclear paralelo do Brasil, alertou esta semana que o Brasil precisa tomar muito cuidado com a pressão dos Estados Unidos sobre as suas pesquisas nucleares. Primeiro, alerta, o Brasil é um País infestado de espiões americanos, atentos a todos os movimentos que o País faz para ser mais independente. Segundo, os EUA não têm o menor interesse em que o Brasil seja autônomo em termos de defesa (Burburinho – 2015).

Em 2013, o jornal britânico The Guardian, primeiro a divulgar os vazamentos de Snowden, informou como opera a NSA. Um programa de computador dá à agência acesso a e-mails, chats on-line e chamadas de voz dos usuários dos serviços da Apple, Facebook, Google e Microsoft, entre outros, e tem parceria com uma grande telefônica dos Estados Unidos que mantém relações de negócios com serviços telefônicos no Brasil e em outros países. Os EUA têm 14 agências de espionagem. Só a NSA, criada há 61 anos e reforçada pelos governos Bush e Obama, emprega 35 mil funcionários.

Para o almirante Othon Pinheiro, a razão dos americanos para barrar o domínio brasileiro e de outros países do ciclo do urânio está ligada a interesses estratégicos. Para um país agressivo, como os EUA, explicou o almirante, é muito mais difícil invadir um país capaz de desenvolver um artefato nuclear de pequeno porte. Por esta razão, um país que não tenha esta tecnologia - uma tecnologia que os americanos dominam amplamente - se torna muito mais fácil de subjugar.

Durante 15 anos, Othon dirigiu a Coordenadoria para Projetos Especiais da Marinha (Copesp), responsável por um dos lugares mais secretos do País: o Centro Experimental de Aramar, em Iperó, onde foi desenvolvida a tecnologia nacional de

enriquecimento de urânio por ultracentrifugação, que agora a Marinha fornece às Indústrias Nucleares do Brasil (INB). ”

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, eu quero pedir ao meu Líder Rosemberg que ele fale um pouquinho mais baixo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Rosemberg, há uma oradora na tribuna, por favor.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Por favor.

(Lê):- “(...) Segundo Noam Chomsky, o poder militar quase ilimitado dos Estados Unidos e seu discurso de dominação mundial pela força, têm apenas um precedente no século XX: Adolf Hitler.

Nos anos 90, os governantes brasileiros, a serviço da oligarquia estrangeira, impuseram as privatizações, nas quais se entregaram e desnacionalizaram, em troca de títulos podres de desprezível valor, estatais dotadas de patrimônios materiais de trilhões de dólares e de patrimônios tecnológicos de valor incalculável.

A Operação Lava-jato está sendo manipulada com o objetivo de destruir simultaneamente a Petrobras, último reduto de estatal produtiva com formidável acervo tecnológico, bem como as grandes empreiteiras, último reduto do setor privado, de capital nacional, capaz de competir mundialmente.

Quando do tsunami desnacionalizante dos anos 90, a Petrobras foi das raras estatais não formalmente privatizadas. Mas não escapou ilesa: foi atingida pela famigerada Lei 9.478, de 1997, que a submeteu à ANP, infiltrada por “executivos” e “técnicos” ligados à oligarquia financeira e às petroleiras anglo-americanas.

Essa Lei abriu a porta para a entrada de empresas estrangeiras na exploração de petróleo no Brasil, com direito a apropriar-se do óleo e exportá-lo, e propiciou a alienação da maior parte das ações preferenciais da Petrobras, a preço ínfimo, na Bolsa de Nova York, para especuladores daquela oligarquia, como o notório George Soros (Benayon – 2015).

Outros exemplos do trabalho dos tucanos de FHC agindo como cupins devoradores – no caso, a Petrobras servindo de madeira – foram: extinguir unidades estratégicas, como o Departamento de Exploração (DEPEX); desestruturar a administração; e liquidar subsidiárias, como a INTERBRÁS e numerosas empresas da área petroquímica (Benayon – 2015).

Como assinalam os engenheiros Araújo Bento e Paulo Moreno, com longa experiência na Petrobras, a extinção do DEPEX fez que a empresa deixasse de investir na construção de sondas e passasse a alugá-las de empresas norte-americanas, como a Halliburton, a preços de 300 mil a 500 mil dólares diários por unidade (Benayon – 2015).

Os próprios dados “secrets” da Petrobras, inclusive os referentes às fabulosas descobertas de seus técnicos na plataforma continental e no pré-sal são administrados pela Halliburton. Em suma, a Petrobras é uma empresa ocupada por interesses imperiais estrangeiros, do mesmo modo que o Brasil como um todo

(Benayon – 2015.)

Além disso, a Petrobras teve de se endividar pesadamente para poder participar do excessivo número de leilões para explorar petróleo, determinados pela ANP, abertos a empresas estrangeiras (Benayon – 2015).”

A Sr^a LUIZA MAIA:- A gente viu o Leilão do Campo de Libra. Inclusive o Líder fez aqui um discurso contra.

(Lê):- “ (...) Para obter apoio no Congresso, os governos têm usado, entre outras, as nomeações para diretorias da Petrobras. Essa política corrupta e privilegiadora de incompetentes, já antiga, é bem-vinda para o império, e é adotada para “justificar” as privatizações: vai-se minando deliberadamente a empresa, e depois se atribui suas falhas à administração estatal (Benayon – 2015).

Tal como agora, assim foi nos anos 80 e 90, com a grande mídia, incessantemente batendo nessa tecla, e fazendo grande parte da opinião pública acreditar nessa mentira (Benayon – 2015).

Mas as notáveis realizações da Petrobras são obras de técnicos de carreira, admitidos por concurso – funcionários públicos, como foram os da Alemanha, das épocas em que esse e outros países se desenvolveram. Entretanto, a mídia servil ao império demoniza tudo que é estatal e oculta a corrupção oriunda de empresas estrangeiras, as quais, de resto, podem pagar as propinas diretamente no exterior (Benayon – 2015).

Para tirar do mercado as empreiteiras brasileiras, as forças ocultas – presentes nos poderes públicos do Brasil – resolveram aplicar, contra essas empresas, a recente Lei 12.846, de 01.08.2013, que estabelece “a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira (sic)” (Benayon – 2015).

Seu art. 2º reza: “As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não” (Benayon – 2015).

Como as coisas fluem rapidamente, quando se trata de favorecer as empresas transnacionais, a Petrobras já cuidou de convidar empresas estrangeiras para as novas licitações, em vez das empreiteiras nacionais (Benayon – 2015).

A grande mídia, tradicionalmente antibrasileira, notícia, animada, a possibilidade de se facilitar, em futuro próximo, a abertura a grupos estrangeiros do mercado de engenharia e construção civil, mais uma consequência da decisão, contrária aos interesses do País, de considerar inidôneas as empreiteiras envolvidas na operação Lava Jato (Benayon – 2015).

Recentemente, nos EUA, foi infligida multa recorde, por corrupção, a um grupo francês. Já das norte-americanas, por maiores que sejam seus delitos, são cobradas multas suaves, e não está em questão alijá-las das compras do Estado (Benayon – 2015).

Já no Brasil – país ocupado e dominado, mesmo sem tropas nem bases

estrangeiras – somente são punidas empresas de capital nacional. Fica patente o contraste entre um dos centros do império e um país relegado à condição de colônia (Benayon – 2015).

Abalar a Petrobras e inviabilizar as empreiteiras nacionais implica acelerar o desemprego de engenheiros e técnicos brasileiros em atividades tecnológicas. As empreiteiras são importantes não só na engenharia civil, onde se têm mostrado competitivas em obras importantes no exterior, mas também por formar quadros e gerar empregos de qualidade nos serviços e na indústria, inclusive a eletrônica e suas aplicações na defesa nacional (Benayon – 2015).

Elas estão presentes em: agroindústria; serviços de telefonia e comunicações; geração e distribuição de energia; petróleo; indústria química e petroquímica; construção naval. E – muito importante – estão formando a nascente Base Industrial da Defesa (Benayon – 2015).

A desnacionalização da indústria já era muito grande no início dos anos 70 e, além disso, foi acelerada desde os anos 90, acarretando a desindustrialização. Paralelamente, avança, de forma avassaladora, a desnacionalização das empresas de serviços (Benayon – 2015).

Este é o processo que culmina com o ataque mortal à Petrobras e às empreiteiras nacionais, e está recebendo mais um impulso através da política fiscal – que vai cortar em 30% os investimentos públicos – e da política monetária que está elevando ainda mais os juros (Benayon – 2015).

Isso implica favorecer ainda mais as transnacionais e eliminar maior número de empresas nacionais, sobre tudo pequenas e médias, provedoras mais de 80% dos empregos no País. De fato, só as transnacionais têm acesso aos recursos financeiros baratos do exterior e só elas têm dimensão para suportar os cortes nas compras governamentais (Benayon – 2015).

Como lembra o Prof. David Kupfer, a Petrobras e seus fornecedores respondem por 20% do total dos investimentos produtivos realizados no Brasil. Só a Odebrecht e Camargo Corrêa foram responsáveis por mais de 230 mil empregos, em 2013 (Benayon – 2015).

Aproveitando-se da crise, O Senador José Serra, apresentou Projeto de Lei do Senado (PL 131/2015), que cria condições para reduzir a participação da Petrobras nos consórcios de exploração de petróleo da camada do pré-sal, atualmente estipulada em pelo menos 30% dos blocos licitados, vão diminuir os recursos do pré-sal, destinados para a educação também para a saúde e o combate à pobreza.

Ao propor que a Petrobras deixe de ser a operadora única do pré-sal, o senador Serra presta um serviço às petrolíferas privadas mundiais. Seu projeto significa a entrega do nosso petróleo para as multinacionais. O modelo de partilha foi adotado para assegurar ao país ganhos maiores, em áreas de risco exploratório muito baixo, como é o caso do pré-sal.

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, defende o financiamento do

pré-sal para a educação. Segundo ele, esta é uma fonte de recursos “importantíssima” para o setor, principalmente neste momento em que a sociedade questiona o aumento de impostos.

“É importante que aquilo que demorou bilhões de anos para ser constituído [petróleo] não seja queimado à toa e construa estruturas permanentes”, tem afirmado o ministro.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) da Região Sul, André Lemes da Silva, afirma que não há como retroceder naquilo que foi pactuado no PNE e que os municípios estão se estruturando, tendo em vista a receita do pré-sal, essas iniciativas que temos visto no Senado destroem toda e qualquer perspectiva de avanço no PNE.

A Petrobras é cobiçada há anos pelos cartéis internacionais do petróleo, é a maior empresa da América Latina, inclusive a de maior lucro, com mais de 10 bilhões de dólares. A estatal tem sido maior produtora de petróleo do mundo, ultrapassando a norte-americana Exxon. A extração de petróleo do pré-sal, que Serra quer entregar, já passa de 700 mil barris por dia.

Por tudo isso, há necessidade de grande campanha para virar o jogo, com a participação de indivíduos, capazes de mobilizar expressivo número de compatriotas, e de entidades dispostas a agir coletivamente (Benayon – 2015.)”

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Proponho que a Casa inicie esta campanha em defesa da nossa soberania econômica e política e em defesa da maior empresa, ainda nacional, que é a Petrobras.

Estamos discutindo com o Cerimonial da Casa a possibilidade de uma audiência pública com a participação do ministro da Defesa, o ex-governador Jaques Wagner, para que possamos aprofundar esse assunto. A questão é, realmente, muito séria e, infelizmente, não achamos onde fazer esse debate, essa discussão.

Era isso o que queria registrar com a minha leitura.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputada Luiza Maia, V.Ex^a fez um discurso um tanto confuso. Confesso que tentei compreender, mas pouco consegui.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Darei uma cópia a V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria de obter uma cópia.

Vi que V.Ex^a fez algumas ressalvas ao ex-presidente Fernando Henrique e ao senador José Serra. Só queria deixar claro que não foram eles que colocaram a Petrobras onde ela se encontra hoje. Quem colocou a Petrobras onde ela se encontra hoje foi, justamente, o Partido dos Trabalhadores.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não foi, não.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a não pode querer transferir a culpa para Fernando Henrique Cardoso. Esse, sim, foi o maior presidente que o Brasil já teve.

Quem institucionalizou a corrupção na Petrobras não foi o PSDB. E quem paga o preço desse desmando que aconteceu na Petrobras são todos os brasileiros. É por isso que a população tem ido às ruas se manifestar. Cabe ao Partido dos Trabalhadores saber compreender as vozes que vêm das ruas.

Muito obrigado.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não vou incorporar o discurso de V.Ex^a ao meu porque tenho plena discordância. O governo do Fernando Henrique Cardoso queria vender a Petrobras, não vendeu por força e pressão da sociedade e do nosso Partido na Câmara Federal.

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Passo a palavra ao deputado Pablo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputada, eu queria dizer do imenso respeito que tenho por V.Ex^a, mas esse discurso eu até concordaria com ele se fosse feito nos idos de 1960, 1950, porque a Guerra Fria já passou, a democracia no nosso País já está instalada, infelizmente estamos em 2015 que é um ano muito triste para nós brasileiros. Está aí hoje e cada dia descobrimos mais a corrupção que foi instalada pelo Partido dos Trabalhadores no nosso País.

Infelizmente, esse discurso não cola mais, esse discurso é um discurso desatualizado, é um discurso que não fala a voz das pessoas nas ruas, e o PT insiste nesse discurso. Nós temos que olhar para o futuro...

A Sr^a LUIZA MAIA:- Deputado, está acabando o nosso tempo, eu agradeço, mas por favor, deputado...

O Sr. Pablo Barrozo:- (...) A senhora me deu o aparte, estou para concluir.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu dei, mas está terminando o meu tempo e preciso dizer a V.Ex^a...

O Sr. Pablo Barrozo:- Mas, o presidente vai dar para a senhora, concluirei em 2 segundos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Conclua.

O Sr. Pablo Barrozo:- Agradeço o aparte, o respeito que V.Ex^a tem pelas ideias contrárias, mas eu queria dizer que tenho esperança que o Partido dos Trabalhadores se reencontre com o povo, mas para isso precisa ouvir a população.

A Sr^a LUIZA MAIA:- O Partido dos Trabalhadores nunca saiu do lado do povo, o momento que vivemos neste Brasil, a crise econômica não foi criada pelo Partido dos Trabalhadores, muito pelo contrário, é uma crise mundial, é uma crise da globalização...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Concluirei, mas V.Ex^a disse que me daria mais um tempinho.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Foram 25 minutos que a senhora teve, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Então essa história que ele falou da Guerra Fria, acabou a Guerra Fria, mas não resolveu nada. Hoje o que incomoda ao norte-americano e aos conservadores deste Brasil é a formação de um outro bloco chamado BRICS, no qual o Brasil se inclui com a China, para fazer frente ao império norte-americano que quer ser o dono do mundo, inclusive usando a sua força e as suas armas para invadir e destruir países como eles têm feito.

(Não foi revisto pela oradora nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, veja só, temos aqui vários servidores com a esperança de que o projeto seja votado hoje. A deputada Luiza Maia faz um discurso de 25 minutos, outros parlamentares irão se manifestar da tribuna, inclusive eu. Eu gostaria de pedir a V.Ex^a e ao Líder do governo nesta Casa, deputado Zé Neto, que retirem os projetos que estão sobrestando a pauta para que possamos votar o projeto do Judiciário.

Não adianta ficarmos aqui (Palmas) castigando ainda mais os servidores que já esperaram tanto. É simples, o governo retira os projetos que estão sobrestando a pauta e votamos por acordo hoje.

(Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k. deputado.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu preferia, inclusive com mais serenidade, pedir ao deputado que tivesse o bom senso de encontrarmos um caminho que seja o do diálogo, até porque o projeto que ele está colocando, tinham dois projetos, nós estamos retirando um exatamente para facilitar a pauta.

Estamos fazendo um esforço de governo muito grande para encontrar uma saída para essa situação do Judiciário que implica, deputado presidente Carlos Geilson, num esforço tanto por parte do Judiciário como por parte do governo, porque a conta prudencial de 5,7 já foi alcançada, há um esforço interno e da nossa parte também.

O que estamos dizendo é que tinham dois projetos na pauta, estamos retirando um. Há um projeto em que o pedido da Oposição de vistas vai atrasar uma semana para nós, mas precisamos de urgência porque já venceram todos os prazos deste projeto. E, para esclarecer o que é ele, quero dizer que visa buscar fundos para a previdência do servidor. Nós da Bahia estamos entre os quatro Estados que no Brasil

conseguem pagar em dia aos servidores e ainda dar algum reajustamento salarial. Isso é importante ser mantido.

Peço à Oposição que, em vez de fazermos disso uma batalha... Conversei muito com o deputado Luciano, que é advogado, e pedi-lhe que refletisse sobre o tema e o que pesava mais, porque não podemos tirar mais 9 milhões agora para que em mais quatro meses, infelizmente, um outro projeto tenha de tramitar na Casa.

Pedi aos deputados Luciano e Sandro Régis, Líder da Oposição. Acho que ainda temos tempo para conversar sobre o assunto. Para mim, é antecipar o fim de uma greve que afeta toda a Bahia, inclusive o próprio Judiciário. E isso profundamente no momento, deputado Fábio, em que três órgãos daquele Poder, a Justiça do Trabalho, a Federal e a comum, estão parados. As três Justças do Estado em greve! É esta a situação, e por isso faço este apelo.

Vamos ter muitas disputas aqui. Respeito muito a Oposição dentro desse processo natural da disputa democrática. Mas pediria aos deputados Luciano, Pablo e Sandro para verem se conseguimos abrir um canal. V.Ex^a fez um pedido de emendas, e nós estamos trabalhando com a previdência, que no começo do governo Wagner, há 8 anos, desembolsava 360 milhões de investimentos. Hoje já está em 2 bilhões e 500 milhões. Qualquer pessoa pode fazer a conta, o reajustamento de orçamento nesse período foi de 60%. O reajustamento da previdência é geométrico!

O deputado Luciano conhece de perto esse assunto. O deputado Fábio Souto também, homem maduro que conhece de perto o que estou colocando, porque não é uma situação do Estado da Bahia. É uma situação que infelizmente afeta o mundo. E os municípios, principalmente de grande porte, como Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Conquista. Então afeta frontalmente a Bahia, não o governo estadual apenas, mas todo o nosso Estado.

Quando faço o apelo é porque, em vez de fazermos disso uma disputa para saber onde está aqui a razão, antes de quaisquer disputas vamos primeiro tentar ao máximo encontrar uma saída que viabilize a votação ainda hoje deste importante projeto que diz respeito à vida do Judiciário e também à de todo o Estado da Bahia, que precisa ver esta greve encerrada para que tenhamos a retomada da normalidade do Judiciário baiano.(Palmas!)

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vou conceder a última questão de ordem ao deputado Pablo Barrozo. Depois, ao deputado Rosemberg e em seguida ao próximo orador.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, ouvimos aqui atentamente o Líder do governo, deputado Zé Neto, e estamos de acordo em algo: a Oposição quer votar o projeto do Judiciário hoje. Agora, não podemos votá-lo nesta terça-feira e atropelar outros projetos importantes. Deixemos de ser individualistas. O governo pode muito bem retirar o projeto que está sobrestando a pauta, e não retira. Se retirar, nós podemos votar hoje. Mas ele não retira. Quer na verdade, é jogar a culpa pra cima da Oposição, como se estivéssemos aqui a definir isso.

Queremos votar o projeto do Judiciário hoje e que o governo retire da pauta um projeto de lei que tem de ser debatido aqui na Casa. Precisamos debater o PL do Funprev. (Palmas!) Então, faço este apelo ao Líder Zé Neto para que, por favor, retire da pauta esse projeto. E vamos votar hoje o do Judiciário!

(Os presentes às Galerias se manifestam com palmas e gritos de “Retira!”)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concluiu, deputado?

O Sr. Pablo Barrozo:- Concluí, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, tenho um respeito muito grande aqui por todos os deputados da Oposição.

Primeiro, quero dizer a V.Ex^a, deputado Pablo, que na realidade queremos votar todos o projetos, não só o do Judiciário. E tenho convicção que todos os servidores do Estado da Bahia têm interesse na votação deste projeto que sobrestá a pauta, porque estamos falando aqui de colocar recursos no Fundo da Previdência, sob pena de não haver dinheiro para pagar aos beneficiários. Essa é a questão. Temos prazo para isso, deputado Adolfo Viana, e temos que votar esse projeto.

(O deputado Adolfo Viana fala fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não. Não é chantagem. V.Ex^a precisa me respeitar, eu o respeito. Não estamos falando de chantagem. Falamos de homens e mulheres que precisam ter a previdência. E nós precisamos votar o projeto dos servidores da Justiça, mas precisamos também resolver todas as questões.

Por isso, meu querido presidente, não se trata aqui de sobrestar ou não sobrestar a pauta, porque fica parecendo - e eu não tenho nenhum problema de dizer isto - que só tem o projeto do Judiciário para ser votado. E não tem só ele que é muito importante, esse outro também é muito importante. O projeto do Judiciário é para aquele Poder. E esse projeto aqui é para todos os servidores do Estado da Bahia, inclusive os do próprio Judiciário, ou seja, aqui não está se tratando para a plateia nem para nada. Primeiro que não tem eleição agora...

(As Galerias vaia o deputado.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Peço aos servidores que aplaudam, mas vaiar não é permitido. Estamos recebendo-os com o maior carinho, e eu particularmente apoio a causa de vocês.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Concluindo, quero propor a V.Ex^a que abra o Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Luciano, concedi uma questão de ordem para o deputado Adolfo Viana, e o deputado Zé Neto rebateu. Concedi outra para o deputado Pablo Barrozo, e o deputado Rosemberg rebateu.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sou autor da emenda que foi tão falada aqui. Seria

necessário...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concederei posteriormente a V.Ex^a a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Com a palavra por 11 minutos o deputado Zé Neto, Líder do governo na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a todos que estão nesta Casa e àqueles que nos assistem.

Estou na Assembleia no meu quarto mandato e tenho muita tranquilidade de falar para os servidores, até porque, como sempre tive uma posição muito coerente com eles, fui um dos interlocutores principais na luta da categoria pela URV do Judiciário em negociações que deram um ganho significativo. Também fui um dos principais interlocutores na discussão do plano dos servidores daquele Poder, que acho ter sido um dos ganhos maiores da vida deles. Conheço de perto o que era e onde estão agora. Conquistas foram aferidas.

A luta de vocês é muito louvável, e as nossas lutas também aqui na Casa fizeram parte dessa caminhada. E eu não posso deixar de me manifestar, na condição de Líder do governo, numa peleja como essa. Eu ouvi uma companheira ali dizer que é por causa da inflação. Quem mais sabe, companheira, das dificuldades que vocês passam somos nós que aqui vivemos com os trabalhadores do Estado. E hoje a Bahia está entre os quatro Estados, pode até ser que neste mês tenha entrado outro, não sei, mas até o mês passado somente quatro Estados no Brasil deram reajustamento de reposição da inflação, os demais não deram.

A situação dos Estados no Brasil dão conta, inclusive, de que Estados que tinham conforto orçamentário, como Sergipe, que tem oito bilhões e trezentos milhões de orçamento para dois milhões de habitantes, o que dá em média quatro e pouco, o dobro praticamente da Bahia, que tem uma divisão de 40 para 16, este Estado hoje está pagando salários em partes: dia cinco, paga uma parte; dia 25, paga a outra. E não deu reajuste até agora. Eu estou dizendo a vocês das dificuldades que estamos enfrentando.

O governo do Estado tem conversado com o Judiciário, o deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa, e nós deputados temos feito um esforço grande para encontrar uma saída para as dificuldades que são enfrentadas pelo Judiciário, que, talvez, a companheira não saiba. Mas, quando chegamos ao governo, o repasse para o Judiciário era da ordem de 3,48. Façam a conta, hoje o repasse é da ordem de 5,71. Não devemos e não nos podemos calar quando somos, de longe, chamados a uma situação de descaso com as questões do Judiciário. Muito pelo contrário, nós temos

clareza do quanto trabalhamos nesta Casa e com o governo do Estado para elevar de 3.48 para 5.71. E aprovamos aqui nesta Casa uma Lei de Organização Judiciária, que, se não é a melhor do mundo, deu passos decisivos na vida de vocês. Aprovamos aqui um plano de carreira importantíssimo para ter um outro rumo e uma outra dimensão e direção para cada servidor público do Judiciário. Se não foi o que esperávamos, foi o que tínhamos como fazer. Inclusive era uma meta do amplo tirar 1.4 da receita do Judiciário, com a privatização dos cartórios, e foi nesta Casa que esse debate se deu.

Então, quando a gente decide buscar atender para uma reclamação que tem legitimidade, agora, a conta é que é o problema. E o esforço que está sendo feito pelo Estado é, eu diria, titânico. Agora, o que estamos dizendo a vocês é que é preciso botar na conta, e eu não vou fazer chantagem, eu vou dizer claramente. Temos aqui um projeto de lei para vender um terreno do Estado para aportar nove milhões de reais, pelo menos, dentro da Previdência do Estado. Esta Previdência, que começou com 360 milhões, hoje está com 2,5 bilhões. E é conta do funcionário público, porque temos que lembrar que a previdência vai para conta de Pessoal. Esse recurso vai para a conta de Pessoal e, se estourar a conta, não vai poder dar um centavo de aumento, porque se estourou a conta. Ou vai buscar dinheiro onde não tem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Nós botamos o dinheiro dos royalties do petróleo para a Previdência, buscamos recursos agora nos depósitos judiciais, estamos fazendo um esforço titânico. Buscando, inclusive, vender algum patrimônio que não está dentro da expectativa de uso comum do Estado para fazer aportes para a Previdência, como é este caso. Esse projeto já passou aqui por todas as comissões e está há três semanas sobrestando a pauta, são dois projetos. Nós tivemos o bom senso e retiramos um deles...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Está inscrito, deputado.

O Sr. ZÉ NETO (...) que é o que extingue o Fundo de Investimento Econômico Social da Bahia. Para facilitar. Agora eu pergunto, deputado Luciano, com tranquilidade: o que é mais importante? Porque quando vocês falam tirar um projeto é tirar o projeto e voltar ele a estaca zero, para que ele passe cinco ou quatro meses aqui rodando novamente, porque vocês próprios colocam que um projeto dessa natureza tem de ir para as Comissões, não tem grande urgência. Para nós, ele agora tem grande urgência porque já passou por todas elas.

O que é mais importante? Encerrarmos a greve, como ficou comprometido aqui junto às organizações e representações que, votando hoje, na sexta-feira se levaria à categoria uma proposta de direção para encerrá-la naquele dia. Eu sou advogado, V.Ex^a também é. Se amanhã não nos elegermos, vou voltar a advogar. O senhor também.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu continuo.

O Sr. ZÉ NETO:- Então, nós sabemos da dificuldade que passa o Judiciário, a

população, que passam os advogados, os escritórios, todos esses que precisam da Justiça. E nós sabemos, principal e fundamentalmente, o que é mais importante neste momento. Vocês vão pedir vistas. Para que entendam e não façam disso... Como vi agora, não precisa ninguém vaiar nem ninguém me aplaudir. Não estou precisando disso agora. Estou precisando de raciocínio.

O que é mais importante? Pegar o projeto e fazer vistas? Tudo bem. Vou votar esse projeto na semana que vem. O que não posso é deixar que ele - é uma responsabilidade minha com vocês também - seja retirado para passar mais quatro meses na Casa. Como é que vai ficar o fim do ano? Como vai ficar o 13º de vocês?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Permite-me um aparte, deputado?

O Sr. ZÉ NETO:- Estou encerrando o meu raciocínio. Como é que vai ficar o recurso? Sabem por quê? Porque estou colocando recursos na Previdência, mas ela é uma conta só. Nós estamos fazendo um esforço hoje para que a Bahia não faça o que outros Estados estão fazendo, inclusive já temos 17 no Brasil que anunciaram que não vão ter condições de pagar o 13º.

Acho que essas coisas devem ser ditas com responsabilidade, porque esta crise não é da Bahia. Nem é uma crise do Brasil. Quem abrir os jornais hoje vai ver o que está acontecendo com a China e as Bolsas do mundo. Quem ler os jornais, sites, o que for, ou assistir à televisão, vai ver o que está se passando na Europa. Há uma blindagem que setenta aqui numa parte da grande mídia para tirar o foco duma crise internacional gravíssima do capitalismo mundial. Não é uma crise da Bahia nem do Brasil.

Eu disse agora há pouco ao deputado Pablo, com quem tenho uma ótima relação e um respeito muito grande, que esse problema da previdência daqui a dois meses atinge frontalmente as grandes cidades, especialmente Salvador, que tem um problema grave na sua própria previdência. Gravíssimo, aliás! E nós não podemos neste momento achar que a disputa ideológica e partidária pode ser maior do que a responsabilidade que nós temos. E não só com os governos municipais, estaduais e federal, mas também sobretudo com o próprio Estado Brasileiro, o Estado da Bahia e o Município de Salvador, porque estamos falando numa responsabilidade com a vida das pessoas.

Estou chamando a atenção de vocês, porque tenho aqui autoridade para conversar com vocês olho no olho. No meu gabinete, seja como governo ou Oposição, jamais alguns de vocês que nos procuraram não tiveram a porta aberta para dialogar. Sempre! Não há um que diga que bateu à porta do deputado ou Líder Zé Neto e não a teve aberta para um cafezinho, um copo com água e uma conversa para buscarmos discutir e encontrar caminhos.

Este momento de hoje não aconteceu por acaso. Há alguns dias temos conversado, e muito - diria mais de um mês -, para encontrarmos uma saída plausível ou pelo menos sustentável para conseguirmos chegar a esse reajustamento desta terça-feira.

Eu peço à Oposição...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Peço um aparte. Não só peça. Conceda também.

O Sr. ZÉ NETO:- Vou conceder o aparte. Peço que seja breve.

(...) que tenha essa reflexão.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Líder, primeiro eu gostaria de dizer que o seu discurso é muito bonito. Só que, infelizmente, os fatos não correspondem ao que V.Ex^a está falando.

Este projeto não passou em nenhuma Comissão. Pertença à de Constituição e Justiça, e lá ele não esteve. Certamente, se não passou pela CCJ, pelas demais também não. A Oposição nunca foi chamada para discutir esta matéria. E é costume os projetos do governo aqui não demorarem quatro meses, e sim serem votados em regime de urgência.

Ademais, o que estamos pretendendo é apenas buscar a sustentabilidade do Fundo de Previdência. Não estamos querendo que não se venda o imóvel, mesmo porque não temos força política para isso. Queremos buscar a sustentabilidade dele.

O Sr. ZÉ NETO:- Só para explicar a V.Ex^a, ele expirou em todas as Comissões os prazos...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não passou.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Passou. Só explicando - para concluir, presidente – pra não haver ruído com o deputado Luciano Ribeiro, até em respeito a ele. Deputado, ele passou em todas as Comissões e todos os prazos expiraram, com um detalhe: não houve nenhuma emenda, só houve uma de V.Ex^a depois do prazo das comissões. Então, houve uma emenda de V.Ex^a, expiraram os prazos das comissões porque elas não se manifestaram. Então, estou dizendo que, ao contrário do que V.Ex^a disse, todos os prazos expiraram nas comissões, e aqui o deputado Adolfo conhece o procedimento legislativo e regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Então, encerro agradecendo ao deputado Carlos Geilson pela deferência de poder concluir e dizer que acho que temos ainda que esgotar, ao máximo, a nossa capacidade de dialogar, e continua aqui aberta, deputado Sandro Régis, essa conversa, e faço um apelo para que V. Ex^{as}. não peçam vista. Eu não vou retirar esse projeto, porque seria uma irresponsabilidade nossa com o próprio servidor, e não só do Judiciário, agora com o servidor de todo o Estado, que tem aí um fim de ano apertado do ponto de vista financeiro.

Então, peço a V.Ex^a que não peçam vista. Se pedirem vista, o projeto do Judiciário, infelizmente, ficará para a semana que vem.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador

pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão os deputados Sandro Régis, por 6 minutos, e Luciano Simões, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Sandro Régis, e nos 5 minutos restantes, o deputado Luciano Filho.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa que aqui está, escutei atentamente diversos discursos e diversas intervenções hoje, neste Plenário, a respeito desse projeto.

Primeiro, quero deixar bem claro aqui, aos servidores do Judiciário, que, quando estiveram em nosso gabinete, dissemos, em nome de todos os deputados da Oposição, que somos 100% a favor do projeto de vocês. Não tenham dúvida de que a Oposição votará a favor, como também dispensará todas as formalidades para que esse projeto seja votado atendendo a sua categoria.

Agora, o que temos que deixar claro é que nesta Casa tramita um projeto – o Líder do governo já falou sobre ele e o deputado Luciano Ribeiro, também – que mexe com a vida de todos os servidores públicos estaduais. Pelo projeto, se vende ou se pode alienar terreno, esse dinheiro entra no Funprev e pode sair sem ter garantia nenhuma para o fundo. A nossa emenda, feita pelo deputado Luciano Ribeiro, é para que esse dinheiro fique 5 anos aplicado no fundo do Funprev, para haver remuneração e a capitalização desse dinheiro.

Nós, aqui, deputado Adolfo Viana, temos a tranquilidade de não fazer discurso para a galera, e o governo também não tem o direito de imputar a votação ou não do projeto de vocês no colo da Oposição, porque se o governo estivesse disposto, realmente, a votar, ele retiraria esse projeto (palmas nas galerias) ou então chamaria o Líder da Oposição ou o próprio deputado Luciano Ribeiro para tentar ajustar à proposta nossa emenda e chegar a um consenso.

Agora, é muito fácil usar desta tribuna e fazer discurso político. O que o governo precisa saber, deputado Adolfo Viana, é que a eleição acabou. O governo precisa saber que o discurso político acabou e que, enquanto o governo do PT não fizer isso, continuará a afundar o Brasil e a Bahia. É por isso que o Brasil caminha para o buraco. É por isso que o nosso País enfrenta as dificuldades que hoje está enfrentando, deputado Herzem. É porque o PT não sai do palanque, o PT continua fazendo discurso político.

Não venha querer jogar para a Oposição a responsabilidade de votar ou não o projeto dos servidores do Judiciário. Quem determina votação nesta Casa é o governo, que tem maioria, o governo é que dita regra aqui nesta Casa.

E quero dizer aqui em nome de todos os meus deputados, se o governo quiser chegar a um consenso em relação à emenda ou retirar o projeto, a Oposição vota no projeto de vocês agora. (Palmas.) Não é responsabilidade nossa, não. Agora, o que não podemos é votar num projeto que nós não temos a consciência e a certeza,

deputado Herzem, que esse dinheiro irá para o Funprev e dará segurança ao servidor público estadual. Esse ato irresponsável a Oposição não fará.

A Oposição fez uma emenda resguardando esse dinheiro, para que esse dinheiro fosse para o Funprev e lá ficasse por cinco anos para capitalizar e remunerar. Nós não podemos pegar um bem, botar o dinheiro no Funprev e no outro dia tirar. Nós não concordaremos com isso. E quero aqui deixar bem claro que nós temos a tranquilidade absoluta de olhar no olho de cada servidor do Judiciário, e dizer a vocês que a Oposição não só está ao lado de vocês como está ao lado de todo servidor público do Estado da Bahia.

É por isso que nós apresentamos essa emenda, é por isso a nossa preocupação de resguardar o dinheiro que entrará no Funprev. E em cima disso, em cima dos nossos pares, se o governo chamar a Oposição para tentar ajustar a emenda ou se o governo retirar o projeto, a Oposição dispensa todas as formalidades e votará, sim, como sempre vem votando nesta Casa, a favor do servidor público estadual, principalmente a favor do servidor público do Judiciário.

(Palmas.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde, Sr^{as} e Srs. Deputados, boa-tarde a todos que nos presenciam nesta sessão. Venho hoje a esta Tribuna corroborar com o discurso da nossa Bancada de Oposição, primeiramente tratar do assunto da CPI.

O deputado Hildécio Meirelles, deputado Pablo, deputado Adolfo Viana, todos os que me antecederam nesta Tribuna registraram a importância deste ato, do Poder Legislativo, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Conseguimos 21 assinaturas, identificamos um fato determinado, e foi protocolado nesta Casa um requerimento de CPI. Com que fato: mais de 193 obras paradas em nosso Estado, mais de 200 milhões de reais que não foram pagos às empresas que foram legalmente contratadas. Obras em 67 municípios, o que gerou um desemprego de mais de 5 mil funcionários dessas empresas.

O líder do governo e a Bancada do governo deveria entender que a CPI é um ato de grandeza do nosso Poder. O governo deveria entender que a CPI pode servir como um palanque de transparência para o governo do PT. O que foi feito com o dinheiro que foi repassado ao nosso Estado para a construção e reforma de escolas? Uma coisa é certa: todas as obras paradas em todo o Estado.

Venho a esta Tribuna hoje fazer uma solicitação à presidência desta Casa, que reveja o julgamento que foi feito na leitura do parecer de ontem. Pelo entendimento do deputado Marcelo Nilo, não há fato determinado na CPI. E assim ficam

prejudicados os moradores dos 67 municípios da Bahia que veem todo dia nas suas casas uma obra inacabada, uma obra que deveria ser de benefício para toda a comunidade, e não é.

Venho aqui fazer este pleito em nome de toda a Bancada de Oposição, para que o presidente desta Casa reveja esse julgamento, já que se trata de um fato determinado e da assinatura de 21 Srs. Deputados.

Srs. e Sr^{as} Servidoras que abrilhantam esta sessão de hoje, muitos de vocês devem estar vindo pela primeira vez a esta Casa, mas estão observando a forma clara como é levada pelo Líder Sandro Régis a votação de hoje. Nada nesta Casa é feito com o devido debate. Tudo é imposto pela Liderança do governo a toque de caixa. Nenhum tema de grande importância da Bahia é discutido devidamente nas comissões e neste palanque em que estamos hoje.

A Liderança do governo, junto com sua tropa de deputados, que tem quase dois terços da Casa, não debate absolutamente nada. Estamos vivendo um governo de continuidade. Foram 8 anos de PT, mais 4 anos agora. A situação financeira do nosso Estado é consequência de uma política financeira irresponsável de todos os governos do PT. Vocês, servidores, não podem ser responsáveis por isso. Mas, sim, os atuais gestores do PT e os que os antecederam.

Nós estamos aqui para votar. O que queremos é defender os direitos de todos os servidores. O deputado Luciano Ribeiro, um dos deputados mais preparados desta Casa, com muita atenção, com muitos estudos, prepara uma emenda que vai proteger todos os servidores do Estado. O governo quer passar por cima dessa emenda como um trator. A Liderança da Oposição, como falou claramente o Líder Sandro Régis, quer votar. Ninguém sai daqui sem votar. Mas votar de forma decente, levantando o nome do Parlamento e fazendo um debate que só faz abrilhantar a nossa Casa.

Estamos aqui representando também a Liderança da Oposição, e estamos junto dos servidores públicos estaduais. Para comprovar, só é vocês reverem a votação do reajuste dos salários de vocês, feita no primeiro semestre. O descaso que o governo do PT fez com um reajuste que vocês não mereceram.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre Líder do governo da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará por todo o tempo este humilde deputado que vos fala, meu querido deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mas, V.Ex^a é o Líder do PT, não? V.Ex^a se autoindica como Líder do PT? Não é o Líder da Maioria nem do Bloco.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, eu não me autoindico. Sou um humilde

deputado, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Esta presidência abre uma exceção, porque a indicação teria de partir do Líder do governo ou do Líder...

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputada.

A Sr^a Fátima Nunes:- Na qualidade de Vice-Líder da Bancada do governo, quero passar a palavra ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com muito prazer, vamos ouvi-lo pelo tempo de 11 minutos. Foi só para ser regimental, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- O.k., gostaria de que V.Ex^a fizesse isso com todos na Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, servidores da Casa, eu ouvi atentamente aqui, primeiro, o deputado Luciano Simões Filho. Quero dizer, deputado, que precisamos cultivar um respeito muito grande entre nós. Aqui não existe tropa de deputados, aqui existe conjunto de deputados, da Oposição e do governo. Porque, se eu falar esta palavra na minha cidade, tropa, as pessoas ligam a animais, e acho que não é bom para nossa relação aqui.

Queria dizer, deputado Luciano Ribeiro, que vi a emenda de V.Ex^a sobre esse projeto que estamos tratando aqui. O governo apresenta um projeto para o Fundo da Previdência que diz que o produto financeiro, oriundo de uma alienação que estaríamos votando, deve servir para aplicar na capitalização do fundo. O deputado Luciano Ribeiro apresenta uma emenda para que essa capitalização permaneça intacta no período de 5 anos e só seja utilizada depois.

Quero dizer, deputado Luciano, que não é problema algum a gente ter a responsabilidade de dizer o que ocorre no Fundo da Previdência. O Tesouro tem colocado dinheiro e muito dinheiro no Fundo. Só este ano, será colocado 2,5 bilhões de reais. Na realidade, isso está tirando a capacidade de custeio e de investimento do nosso Estado. Ouvi aqui algumas declarações e parece que estamos em outro país. Porque ainda o nosso governo não atrasou o salário dos servidores, a exemplo de alguns estados inclusive governados por partidos que não são da base do governo Dilma.

O Fundo da Previdência foi o motivo da grande manifestação dos servidores no Paraná, exatamente sobre a má utilização e o fechamento. Foi o que gerou aquela greve com polícia, prisão e tal. E ali não é o governo do PT. No Rio Grande do Sul, os servidores estão recebendo em duas parcelas sem reposição da inflação. Aqui, o nosso Estado, o penúltimo em arrecadação per capita, está honrando o pagamento dos servidores nos dias marcados com muita dificuldade, não é fácil.

Esta Casa tem dado uma demonstração de maturidade, aprovando inclusive alguns projetos...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- V.Ex^a terá o tempo de 11 minutos logo mais.

(...) Queria dizer que ninguém aqui é contrário ao projeto do reajuste dos servidores, desde que esteja pautado dentro das condições da capacidade do Estado honrar os pagamentos. Porque eu sei o que foi em 1989, com o plano Collor, quando fizemos um acordo abaixo da inflação para garantir que os servidores fossem pagos. E aqueles que acordaram acima da inflação não receberam, porque as empresas não tiveram a capacidade de honrar. Passei por esses problemas.

O que quero é fazer aqui um debate amplo, aberto e de conteúdo. Porque precisamos capitalizar o Fundo da Previdência, sob pena de não haver dinheiro para pagar aos beneficiários. É isso que estamos debatendo aqui. E guardar, deputado Luciano Ribeiro, por 5 anos esse dinheiro é não querer que o Fundo da Previdência honre os compromissos com os servidores...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- V.Ex^a terá o tempo de 11 minutos.

(...) e não foi este governo que quebrou o Fundo da Previdência. E não quero jogar a responsabilidade para qualquer outro governo. Quero dizer que temos que ter a responsabilidade de entender que estamos numa situação que precisamos honrar os compromissos. Não precisamos fazer debate, até porque não há problema em não receber aplausos. O que quero é voltar para minha casa com a consciência tranquila de que estou fazendo um debate de responsabilidade. Sei da capacidade de honrar dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Fazer discurso para receber aplauso? Esse não é o nosso papel. O nosso papel aqui é fazer gestão com responsabilidade.

Meus queridos deputados que falaram da Petrobras, quem é aqui, ao fim das colocações, que pode bater no peito e falar de paladino da moralidade? Porque eu estou na Petrobras há 34 anos. Eu sou concursado da Petrobras, não estou lá por indicação não e sei como começou tudo isso. Essa história de que Fernando Henrique e tal, foi Fernando Henrique quem mandou privatizar a Petrobras. O ex-presidente Philippe Reichstul veio com o objetivo de privatizar a Petrobras, transformar o nome em Petrobrax para facilitar a venda para o estrangeiro como alguns deputados, inclusive um aqui da Bahia que é cheio de moral lá no Congresso, mas não pode andar nas ruas aqui em Salvador porque as pessoas vão cobrar que não fez o metrô. E falam da Petrobras. Ora, meu Deus, quem quis vender a Petrobras...

Deputado Adolfo Viana, nós estamos debatendo, e é um problema sério. E eu aqui sempre disse que tudo isso que está acontecendo lá, tem que investigar e quem errou tem que ser punido, não temos nenhum problema em relação a isso. Mas ainda bem que nós estamos fazendo isso, porque se dependesse do presidente de V.Ex^a nós não estaríamos debatendo isso aqui porque a Petrobras teria sido entregue a preço de banana como foi entregue a Vale do Rio Doce. É esse debate que eu quero fazer.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Eu quero fazer esse debate nesta Casa.

Então eu quero dizer que nós precisamos votar, sim, esse projeto sem nenhum problema de votar o projeto dos servidores do Judiciário depois, mas nós precisamos

votar isso aqui, porque não votar isso aqui é perda de tempo com relação à capitalização do fundo de previdência. E o fundo de previdência é dos servidores do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Perdemos todos nós.

E a emenda de V.Ex^a, Luciano Ribeiro, por mais bem-intencionada que seja, mas quando estamos precisando comer, não podemos guardar o dinheiro para nos alimentarmos quando a fome passar, temos que comprar comida é agora para evitar que as pessoas passem fome. É com esse objetivo que eu quero discutir essas questões aqui.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Não darei, querido. V.Ex^a tem tempo suficiente para falar nos tempos partidários.

Então eu quero dizer que parece que estamos vivendo em outro mundo. Só hoje o Brasil perdeu 12 bilhões de dólares. Sabem por quê? Com as questões que estão acontecendo na China, com as commodities que estão lá embaixo. Precisamos ler um pouquinho mais, precisamos compreender a macroeconomia, porque senão faremos um discurso que não servirá para nenhum de nós.

Nós estamos fazendo isso porque precisamos compreender a realidade que estamos vivendo. E ainda bem que a presidenta Dilma reconheceu, e eu disse isso aqui, porque eu não tenho nenhum problema, mesmo sendo a minha presidenta, de fazer algumas críticas à forma. Discordo de fazer arrocho aos trabalhadores para que se possa passar por essa crise. Reconhecer que a crise mundial reflete no Brasil muito mais do que ela imaginava, ela reconheceu ontem. Antes tarde do que nunca.

Por isso meus, meus queridos deputados e deputadas, nós precisamos... E quero chamar a atenção dos servidores que hoje... E é importante querer apenas a reivindicação de votar dos servidores do Judiciário, mas se não votarmos esse projeto aqui é possível que tenhamos um reajuste, mas na hora da aposentadoria não tem o fundo de previdência para honrar os compromissos porque não tem capitalização para resolver isso. Digo isso com propriedade porque passamos pela discussão da reforma do plano de previdência lá na Petrobras e deixamos de ganhar um pouco mais para ganharmos a vida inteira depois que nos aposentarmos. E se nós não tivermos cuidado vamos passar o que passam hoje os servidores do Paraná e os servidores de Minas Gerais. O governo do PSDB acabou com o Fundo da Previdência em Minas Gerais e, hoje, não tem mais Fundo de Previdência. Esse mesmo partido que vem aqui dizer... É lógico que ele não quer votar o Fundo da Previdência, porque quer seguir a mesma coisa que fez em Minas Gerais, acabar com o Fundo da Previdência. Mas aqui nós não vamos deixar, porque entendemos que isso aqui é a vida dos servidores do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder da

Minoria ou Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, por 3 minutos, falará o deputado Adolfo Viana; por 4 minutos, o deputado Herzem Gusmão e, por 4 minutos, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, por 3 minutos, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, servidores, imprensa, que bom que hoje V.S^{as} estão aqui presentes neste Plenário. O Partido dos Trabalhadores não aprendeu nada. Eles continuam com o mesmo discurso autoritário do período pré-eleitoral, continuam fazendo o discurso da conveniência. Agora, na ânsia de conseguirem o recurso, colocam os servidores na frente do processo. Ou a Oposição vota a favor dos projetos que eles trazem de forma açodada para este Plenário, ou os servidores não terão aumento. Essa não é a maneira correta de fazer política.

O Partido dos Trabalhadores, que sempre esteve ao lado dos servidores públicos, mais uma vez vira as costas para os servidores. O deputado Rosemberg Pinto sobe à tribuna e ataca o presidente Fernando Henrique Cardoso, ataca o senador Aécio Neves, mas esquece de reconhecer que foi o partido de S.Ex^a que enganou o povo brasileiro no período eleitoral com promessas não cumpridas. Foi o partido de S.Ex^a, através da presidência da República, que disse que a energia ia ficar mais barata, que o combustível não ia subir, que os impostos estariam controlados. E, agora, o nosso País encontra-se numa crise monstruosa. Antigamente, para V.Ex^{as}, era uma marolinha, agora é uma crise mundial. Antigamente, V.Ex^{as} diziam que o Partido dos Trabalhadores era diferente dos demais partidos, agora querem ser todos iguais. Ou a Oposição cede ao projeto que V.Ex^{as} querem, vender o terreno e usar o dinheiro como bem querem, ou os servidores serão penalizados. Essa não é a maneira justa de fazer política, não (palmas.) Acho que V.Ex^{as} têm que ter a grandeza de reconhecer que existem pais e mães de família esperando uma ação positiva deste Parlamento. Não podemos estar agachados ao Executivo, a servir ao Executivo virando as costas para os servidores do Estado da Bahia. Os servidores estão aí e esperam deste Parlamento responsabilidade com pais e mães de família. É muito fácil subir aqui e fazer discurso bonito, atacar o PSDB do Paraná, o PSDB de Minas Gerais, e, na ânsia de servir ao governo, esquecem que os servidores já estão aqui há algum tempo lutando por uma causa mais do que justa.

A Oposição já se comprometeu em votar esse projeto, hoje, se V.Ex^{as} retirarem o projeto, ou acatarem a emenda do deputado Luciano Ribeiro. A responsabilidade do futuro dos servidores do Judiciário está exatamente na mão do Executivo e da Bancada do governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o nobre deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, colegas da imprensa, funcionários desta Casa, visitantes que nos honram com as presenças nesta tarde, interessante o PT. O PT quebrou a Petrobras e a culpa é de Fernando Henrique? O PT jogou dinheiro fora gastando e investindo 1 bilhão e 500 milhões numa cidade onde não tem futebol, o estádio Mané Garrincha, e a culpa é da China?

Li, hoje, que a crise na China está chegando para pegar um país onde o PT está conseguindo quebrar a Nação brasileira, afundando o Brasil. Esse é o problema que estamos enfrentando e temendo a crise da China, porque o PT não consegue governar o País. Estamos vendo aí o desgoverno.

Quero agradecer nesta tarde a deputada Fabíola Mansur e o deputado José de Arimatéia que enriqueceram a nossa audiência pública em Vitória da Conquista, a presença do secretário e do Dr. Rodrigues, Superintendente da Regulação e lá conseguimos um debate plural para mostrar que a situação de Vitória da Conquista é grave, diferente do que o PT tenta vender aqui na Assembleia Legislativa e na imprensa baiana.

Estamos buscando um caminho, foi um debate com instituições médicas, sociais, tivemos oportunidade de ter naquela tarde a oportunidade de ouvir o clamor da sociedade. Ouvimos inclusive depoimentos dramáticos e uma palavra técnica para que não digam aqui que é palavra de radialista, a palavra técnica de um homem, de um médico do Cremeb, Dr. Luiz Cláudio, que trabalha no Hospital de Base há mais de 20 anos e fez um relato comovente da situação que estamos a enfrentar. Recursos existem, só o Ministério da Saúde canaliza para a cidade de Vitória da Conquista mais de 140 milhões, poderia ser mais, é verdade, mas entendemos que falta gestão, faltam inclusive prioridades. Eles conseguiram em 20 anos destruir a atenção básica em Vitória da Conquista, o programa de saúde da família não avança, não conseguimos implementar, inaugurar sequer uma UPA.

Lembro-me que vi um extrato que o governo federal mandou para Vitória da Conquista de 2 milhões. Foi uma pena que a deputada Fabíola Mansur não teve a oportunidade de conhecer uma UPA de 2 milhões abandonada no bairro Patagônia, na cidade de Vitória da Conquista.

Portanto, muito obrigado a deputada que esteve lá. E hoje, pela manhã, encontrei o secretário aqui na Assembleia, Dr. Fábio, e ele me disse que recebeu um relatório da situação de Vitória da Conquista. Esperamos e contamos com a deputada que é médica, Fabíola Mansur, com os deputados que amam a região do Sudoeste e que vivem em função da cidade de Vitória da Conquista como a capital, que todos possam defender aquela terra, melhorando a saúde para que a cidade realmente faça jus por ser a terceira maior cidade da Bahia, com uma população que se aproxima de 350 mil habitantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado, meu querido amigo, Luciano Ribeiro, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria ter o tempo necessário para poder aqui travar o debate, o qual esta Casa devia sempre prezar, mas vejo que as Lideranças do governo mais especialmente as do PT, Zé Neto e Rosemberg Pinto, são avessas ao debate, à construção de políticas públicas que possam destinar a vida das pessoas.

Fazer um discurso como o deputado Rosemberg Pinto aqui fez, dizendo que estamos impedindo que o servidor público se alimente, isso é desmerecer a classe dos servidores, é desmerecer a inteligência dos deputados, é subir no palanque eleitoral que terminou no ano passado para dizer e emocionar as pessoas buscando o seu voto. O meu propósito aqui não é esse. Estou aqui para travar os debates e esse debate que aqui se encontra, ele deve ser tratado na sua inteireza, no seu contexto. Não vale o deputado dizer: “O Funprev está quebrado e eu preciso de dinheiro”. Ele precisa mostrar aqui, em nome do governo, porque o Funprev está assim. Por falta de gestão. Ele precisa fazer um gesto que revele que o governo, efetivamente, quer resolver os problemas das finanças do Estado. Ele precisa mostrar que o governo não segue a lógica de que os problemas econômicos e fiscais da sua gestão, e os decorrentes da sua falta de administração, se resolvem cortando os investimentos no social, tirando as conquistas da classe trabalhadora.

Essa é uma lógica que nós não podemos aceitar. Quem a criou não fui eu, não foi ideia minha. Isso veio incerto quando se criou o Baprev – que veio substituir o Funprev. Já se previu que, quando o Funprev chegasse a um determinado ponto, não haveria mais ingresso de recursos no seu fundo, e aí criou-se uma poupança para poder buscar a sua estabilidade, para que, lá no final, quando a balança mudasse, sustentasse o Funprev. E o que estamos a ver, lamentavelmente, senhores servidores? É que o risco efetivo de que os servidores do Estado da Bahia passem a não ter previdência é muito grave.

E a minha emenda não tem o objetivo de ser aprovada, porque sei que a maioria esmagadora, que aqui tem o governo, irá atropelá-la. Mas ela busca esse debate, com a classe trabalhadora, com este Parlamento, com a sociedade baiana, acerca do fato de que esses discursos emocionados, que aqui se manifestam, são discursos de palanque. Aqui, tem que haver discursos de políticos responsáveis que se elegeram para isso, para preservar o Estado, e o governo deveria dar demonstrações. Eu pergunto: quantas secretarias políticas o governo cortou para equilibrar o fundo? Quantos cargos de confiança o governo cortou para poder pagar a folha de pagamento? Nenhum, porque os cargos dos apadrinhados dos políticos lá estão. As secretarias, que são apenas para ocupar cargos partidários, lá estão.

Por isso, nós aqui, repetimos: votamos, sem nenhuma formalidade, hoje, agora, todo projeto de reajuste do servidor, sem nenhum problema.

O que nós não podemos é perder a oportunidade de que esta Casa faça aquilo

que não vem fazendo há muito tempo: debater os problemas da Bahia, os problemas do governo, os problemas da sociedade.

Muito Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. Não há orador a indicar? Próximo orador.

Sr. Zé Neto:-Por todo o tempo o deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Aderbal Fulco Caldas pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, e todos da galeria, eu chamo a atenção de todos nós que sempre criticamos os poderes públicos, para essa peça, que tenho em mãos, que é um texto do nosso saudoso João Ubaldo Ribeiro. Antes de nos deixar, para o outro plano, ele escreveu este maravilhoso texto:

(Lê):- *"Precisa-se de Matéria Prima para construir um País."*

A crença geral anterior era que Collor não servia, bem como Itamar e Fernando Henrique.

Agora alguns dizem que Lula não serviu e que Dilma não serve. E o que vier depois de Lula e Dilma também não servirá para nada...

Por isso estou começando a suspeitar que o problema não está no ladrão corrupto que foi Collor, ou na farsa que foi o Lula.

O problema está em nós.

Nós como POVO.

Nós como matéria prima de um país.

Porque pertenço a um país onde a "ESPERTEZA" é a moeda que sempre é valorizada, tanto ou mais do que o dólar.

Um país onde ficar rico da noite para a dia é uma virtude mais apreciada do que formar uma família, baseada em valores e respeito aos demais.

Pertenço a um país onde, lamentavelmente, os jornais jamais poderão ser vendidos como em outros países, isto é, pondo umas caixas nas calçadas onde se paga por um só jornal E SE TIRA UM SÓ JORNAL, DEIXANDO OS DEMAIS ONDE ESTÃO.

Pertenço ao país onde as "EMPRESAS PRIVADAS" são papelarias particulares de seus empregados desonestos, que levam para casa, corno se não fosse roubo, folhas de papel, lápis, canetas, cliques e tudo o que possa ser útil ira o trabalho dos filhos e para eles mesmos.

Pertenço a um país onde a gente se sente o máximo porque conseguiu "puxar" a tevê a cabo do vizinho, onde a gente fraudava a declaração de imposto de renda para

não pagar ou pagar menos impostos.

Pertenço a um país onde a falta de pontualidade é um hábito.

Onde os diretores das empresas não valorizam o capital humano.

Onde há pouco interesse pela ecologia, onde as pessoas atiram lixo nas ruas e depois reclamam do governo por não limpar os esgotos.

O povo saqueia cargas de veículos acidentados nas estradas, dirige após consumir bebida alcoólica, pega atestado médico sem estar doente, só para faltar ao trabalho, quando viaja a serviço pela empresa, se o almoço custou 10, pede nota fiscal de 20.

Comercializa objetos doados nessas campanhas de catástrofes, compra produtos pirata com a plena consciência de que são pirata.

Quando encontra algum objeto perdido, na maioria das vezes no devolve, se falsifica tudo, tudo mesmo... só não falsifica aquilo que ainda não foi inventado. E quer que os políticos sejam honestos.

O Brasileiro reclama de quê, afinal?

Aqui nossos congressistas trabalham dois dias por semana para aprovar projetos e leis que só servem para afundar o que não tem, encher o saco do que tem pouco e beneficiar só a alguns.

Pertenço a um país onde as carteiras de motorista e os certificados médicos podem ser "comprados", sem fazer nenhum exame.

Um país onde uma pessoa de idade avançada, ou uma mulher com uma criança nos braços, ou um inválido, fica em pé no ônibus, enquanto a pessoa que está sentada finge que dorme para não dar o lugar.

Um país no qual a prioridade de passagem é para o carro e não para o pedestre.

Um país onde fazemos um monte de coisa errada, mas nos esbaldamos em criticar nossos governantes.

*Como "Matéria Prima" de um país, temos muitas coisas boas, mas nos falta muito para sermos os homens e mulheres de que nosso País precisa. Esses defeitos, essa **“ESPERTEZA BRASILEIRA”** congênita, essa desonestidade em pequena escala, que depois cresce e evolui até converter-se em casos de escândalo, essa falta de qualidade humana, mais do que Collor, Itamar, Fernando Henrique ou Lula, é que é real e honestamente ruim, porque todos eles são brasileiros como nós, ELEITOS POR NÓS. Nascidos aqui, não em outra parte...*

Entristeço-me.

Porque, ainda que Dilma renunciasse hoje mesmo, o próximo presidente que a suceder terá que continuar trabalhando com a mesma matéria prima defeituosa que, como povo, somos nós mesmos.

E não poderá fazer nada...

Não tenho nenhuma garantia de que alguém o possa fazer melhor. Mas

enquanto alguém não sinalizar um caminho destinado a erradicar primeiro os vícios que temos como povo, ninguém servirá...”

Nem serviu Collor, nem serviu Itamar, não serviu Fernando Henrique, Lula e nem a Dilma, nem servirá o que vier.

Qual é a alternativa?

Precisamos de mais um ditador, para que nos faça cumprir a lei com a força e por meio do terror?

Aqui faz falta outra coisa.

E enquanto essa “outra coisa” não comece a surgir de baixo para cima, ou de cima para baixo, ou do centro para os lados, ou como queiram, seguiremos igualmente condenados, igualmente estancados...

Igualmente sacaneados!

É muito gostoso ser brasileiro.

Mas quando essa brasilidade autóctone começa a ser um empecilho às nossas possibilidades de desenvolvimento como Nação, aí a coisa muda...

Nós temos que mudar! Um novo governante com os mesmos brasileiros não poderá fazer nada...

Está muito claro...

Somos nós os que temos que mudar.

Agora, depois desta mensagem, francamente decidi procurar o responsável, não para castigá-lo, senão para exigir-lhe (sim, exigir-lhe) que melhore seu comportamento e que não se faça de surdo e desentendido.

Sim, decidi procurar o responsável e ESTOU SEGURO QUE O ENCONTRAREI QUANDO ME OLHAR NO ESPELHO.”

Sr. Presidente, que nos sirva de lição esta bela mensagem do nosso saudoso João Ubaldo Ribeiro. Para mim, é uma peça literária que merece a reflexão de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falarão o deputado Zó, pelo tempo de 5 minutos, e a deputada Fátima Nunes, pelos 7 minutos restantes.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zó, pelo tempo de 5 minutos.

Eu até iria sair, mas ficarei para ouvir V.Ex^a.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, quero agradecer-lhe pela forma carinhosa como V.Ex^a me trata.

Quero saudar as Sr^{as} Deputadas, os Srs Deputados, e trazer à pauta a questão da Justiça na Região Norte.

Eu, como representante do território do São Francisco, peço licença ao deputado Bobô, que é representante de Itapicuru também, quero falar com o deputado Adolfo Viana, que também abraçará esse assunto importante, assim como os deputados Luciano Simões e Roberto Carlos, sobre a questão, presidente Fabrício Falcão, da Câmara de Justiça na Região Norte.

A 2ª Instância foi levada a Barreiras, deputado Luciano Ribeiro, que é advogado atuante e capacitado. Para levar a Câmara de Justiça à Região Norte, discutimos sexta-feira, em Juazeiro, a 2ª Instância com a OAB, com o juiz, Dr Cristiano, com advogados, com o Rotary e setores da sociedade, para poder aproximar a Justiça da sociedade, agilizar processos e diminuir custos.

Muitas vezes, para um advogado, ou um cliente dele, vir às pressas a Salvador poderá ter um custo de R\$ 2 mil. Isso é caro para alguém que está pleiteando algum recurso num processo. Essa é uma discussão importante, que foi pautada sexta-feira. Vamos trazer todos os argumentos para que se acelere todos os processos para a instalação dessa Câmara. Deputado Adolfo Viana, conclamo V.Ex^a, que já se tinha colocado à disposição, a abraçar essa causa.

Eu disse na reunião que levaria esse assunto a todos os deputados, principalmente aos deputados que têm domicílio eleitoral na região, que têm atuação política na região, para que façamos, definitivamente, com que o Tribunal de Justiça coloque em discussão a 2ª Vara de Justiça da Câmara de Justiça de Juazeiro, porque lá haverá desembargadores e juízes tratando de diversos assuntos toda semana, destravando pautas, avançando processos.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me concede o aparte?

O Sr. ZÓ:- Concedo o aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Parabenizo V.Ex^a pelo pronunciamento e pela iniciativa. Acho que temos que buscar, sim, a Comarca do Norte. O Oeste já foi contemplado.

Eu também já estive com o presidente do Tribunal de Justiça, solicitando que o Norte também seja contemplado, assim como foi o Oeste.

Acho que temos que estar de mãos dadas para defender os interesses do povo do Norte do Estado da Bahia.

Parabéns, deputado Zó, pela iniciativa!

O Sr. ZÓ:- Vamos avançar nessa discussão, deputado Adolfo Viana.

Essa discussão foi iniciada pela Ordem dos Advogados do Brasil, subseção da região, através de Dr. Arthur, seu presidente.

Na reunião, estiveram representantes de Pilão Arcado, Sobradinho, Casa Nova e outras cidades daquele entorno, que precisam que esse trabalho seja feito. Esse trabalho começou em Santa Catarina, e tem surtido efeito, tem dado resultados, e é preciso que se discuta. Por exemplo, para a população de determinadas cidades, como Campo Alegre de Lourdes, que fica a mais de 800 km de Salvador, é muito difícil

tratar de questões juridicamente. E existem pautas importantes na Justiça da região.

Então, queria pedir o apoio desta Casa, principalmente dos deputados da região, dos juristas, dos advogados que estão neste Plenário. Estou levantando dados com a OAB e os juízes da região para que fiquemos subsidiados, embasados e, assim, ir ao Tribunal fazer esse pedido. É um pedido urgente e necessário para a nossa região.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de até 7 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero, nesta tarde, parabenizar as Escolas Famílias Agrícolas, que são constituídas em duas redes na Bahia: a Refaisa, com sede em Feira de Santana, e a Aecofaba, com sede em Riacho de Santana.

Mas quero parabenizar de forma bem especial a Escola Família Agrícola de Rio Real, que completou 10 anos no domingo.

Nesses 10 anos, pudemos perceber a boa vontade, a solidariedade, a capacidade e o gosto de muitos jovens, professores e amigos de outros países, como o nosso padre José, da Alemanha; o nosso querido ex-padre e, hoje, prefeito de Inhambupe, Benoni; a querida irmã Gabriela, da Itália. Ao longo de 30 anos, observando as desigualdades tamanhas em nosso País, observando a falta de oportunidades para a nossa juventude e que reinava o analfabetismo, eles e outros amigos do Brasil, seguidores do projeto de Paulo Freire, construíram essa oportunidade das Escolas Famílias Agrícolas, com a Pedagogia da Alternância.

Nessas escolas, a nossa juventude mora por 15 dias. Lá estuda e trabalha. Ao final dos 15 dias, volta para as comunidades e repassa para os vizinhos os conhecimentos que aprendeu durante o período escolar.

Essa rede de Escolas Famílias Agrícolas, hoje, são 34 unidades em nosso País, por muitos anos foi gerida e sustentada pelo apoio das instituições não-governamentais de outros países. Com o advento da chegada ao poder do nosso ex-presidente Lula, e continua com a nossa presidente Dilma; e na Bahia, com o nosso ex-governador Jaques Wagner e, hoje, o nosso governador Rui Costa, pudemos, tanto no Congresso Nacional como na Assembleia Legislativa, votar uma lei que assegura que a Secretaria da Educação e outras secretarias repassem recursos para ajudar no custeio dessas escolas.

É muito importante que os parlamentares da Casa possam visitar, conhecer essas instituições, a forma como preparam a nossa juventude, a sua formação social, moral, psicológica familiar, bem como a sua formação profissional para o trabalho na agricultura familiar, inclusive para que possamos ter pessoas que desenvolvam com as técnicas mais apropriadas, com a tecnologia mais apropriada uma agricultura

familiar mais fortalecida, que gere mais oportunidades de renda para os nossos agricultores. Além disso, isso fará com que esses jovens tenham o orgulho e a satisfação de continuar morando na roça, morando no campo, porque se o campo não planta a cidade não janta.

É necessário ter todas as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, dar assistência técnica, produção e comercialização, porque é assim que podemos ver a integração entre a cidade e o campo.

Queria dizer isso para saudar, enaltecer e homenagear tanto os professores que lá trabalham, em nome da professora Lourdinha, como também todos os outros que estão espalhados pelo País, trabalhando nas Escolas Famílias Agrícolas. Quero mostrar também para a Secretaria de Educação, para o governo do Estado e para o governo federal que, para a nossa alegria e satisfação, nas provas do ENEM realizadas este ano – provas que depois permitem que os alunos sejam conduzidos para a universidade – os alunos advindos das Escolas Famílias Agrícolas figuraram entre os primeiros aprovados, em 4º lugar. E esses aqui foram da Escola Família Agrícola.

Portanto, é um projeto educativo e formador; é um projeto que, realmente, merece a atenção do nosso secretário de Educação, do nosso ministro da Educação, para repassar os recursos de modo que, durante o ano, os seus professores, monitores e todos os profissionais da escola não precisem ficar mendigando ou esperando pelas pessoas de outros países que praticam a solidariedade.

Essa solidariedade é muito bem-vinda – agradecemos muito – , mas as escolas não podem depender apenas dessas ajudas externas. É preciso que haja um programa, uma política pública do nosso governo, do governo do Estado da Bahia, e do governo federal.

Essas escolas começaram na França, e, hoje, espalham-se por todo o País com leis que asseguram a possibilidade de estudarem, de concluírem os cursos técnicos, de passarem no Prouni, através do ENEM, e irem cursar a universidade.

No mais, agradeço ao presidente pela oportunidade. Vamos seguir os trabalhos parlamentares. Obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará por três minutos o deputado Adolfo Viana, por quatro minutos o deputado Hildécio Meireles e pelo restante do tempo o deputado Pedro Tavares, ou seja, por quatro minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 3 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O deputado Adolfo Viana falará novamente?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, imprensa,

servidores, deputado Rosemberg Pinto, gostaria de me dirigir a V.Ex^a e também ao deputado Zé Neto. Quando eu me dirigia à tribuna, V.Ex^a, deputado Rosemberg Pinto, questionou: “V.Ex^a vai falar de novo?”. Eu falarei de novo, mas agora tratarei de um assunto específico. Os servidores da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia estão, há três semanas, se fazendo presentes na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, pedindo que a comissão os ajude a promover uma conversa com o secretário de Meio Ambiente.

Acredito que o mínimo que o secretário pode fazer é sentar para debater com a categoria, que não quer tratar do Plano de Carreira, a princípio, e nem de questões internas do Inema. Eles querem tratar da gestão ambiental do estado da Bahia.

Nós, como parlamentares, temos que tratar as questões ambientais fora do debate político. Esses servidores são vocacionados e querem dar sugestões, conversar, dialogar e chegar a um denominador comum com o secretário do Meio Ambiente, que tem se negado, constantemente, a sentar com os servidores que se fazem presentes. (Palmas.)

Tenho certeza que V. Ex^a, como Líder do PT, um líder responsável, coerente, que entende que as questões ambientais são, cada vez mais, importantes na vida da sociedade, vai nos ajudar a conseguir essa audiência com o secretário do Meio Ambiente. Conto com V. Ex^a, e gostaria que percebesse que os servidores, que aí estão, estiveram presentes na Comissão de Meio Ambiente, por três quartas-feiras seguidas, na expectativa de terem a oportunidade de sentar com o secretário do Meio Ambiente.

Deputado Zé Neto, gostaria que V. Ex^a, que por muitas vezes pede a colaboração da Oposição – ora temos condições de atendê-lo, ora não temos, como neste momento –, compreendesse que estes servidores que estão nas galerias querem debater a gestão ambiental do Estado. (Palmas) Eles fizeram uma carta aberta à sociedade.

Cabe a este Parlamento, aos parlamentares responsáveis promover essa conversa. Eu me comprometi de procurar o Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, e o Líder do Governo, deputado Zé Neto, para que tenhamos, nesta Assembleia, uma conversa civilizada. Quem ganhará com isso, com certeza, será o Estado da Bahia. (Palmas.)

Tenho certeza que V. Ex^{as} não permitirão que esses servidores continuem a se fazerem presentes na Comissão de Meio Ambiente, por diversas quartas-feiras, para que lá na frente consigam essa audiência.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Um aparte, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Rosemberg, eu cedo um aparte a V. Ex^a. Sr. Presidente, eu agradeço e gostaria de contar com o bom senso do Líder do PT e do Líder do Governo, para que façamos essa rodada de conversa com os servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pode ser agora. Eu vou responder isso.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Os servidores merecem não só o respeito dos deputados, como também o respeito do secretário de Meio Ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, o deputado Adolfo Viana levantou essa questão, mas ainda hoje recebi, na liderança do PT, uma comissão representando os trabalhadores do Inema.

Na reunião da comissão, deputado Adolfo Viana, ficou combinado que separaríamos a questão da gestão ambiental da questão do plano de cargos. Essa questão nós trataríamos, a outra era uma questão que dizia respeito a um debate muito mais amplo na sociedade.

Estou fazendo uma gestão, junto ao governo, para que possamos reabrir as negociações com uma pauta específica no que diz respeito aos questionamentos discutidos em uma outra reunião, há 20 dias.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, causa-me espanto observarmos que os deputados da Base do Governo, quando querem justificar o insucesso econômico do Estado ou o insucesso financeiro do governo do Estado, insistem em embarcar no túnel do tempo.

Há pouco, vimos o deputado Líder do Partido dos Trabalhadores trazer de volta a discussão da suposta privatização da Petrobras no período de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu faço a seguinte pergunta: será que não teria sido melhor ter privatizado a Petrobras do que ter sangrado a empresa que diziam que era nossa, a ponto de quase levá-la à falência? Será que os deputados da Base do Governo não se lembram que nesse governo de continuidade já se vão 8 anos e meio? Sob a gestão deles, o governo do Estado geriu, meu caro deputado Pedro Tavares, cerca de R\$ 4 trilhões. Aí eu pergunto: de quem é a culpa de o estado da Bahia se encontrar nesta situação de falência que se renuncia?

Quando eu vejo a preocupação de alguns deputados aqui, ao falarem que já se preocupam com o pagamento da folha de funcionários, meu caro deputado Rosemberg, isso me soa como um prenúncio do que pode acontecer no governo do Estado num curto período de tempo. Mas aí vem a questão da autorização para alienação de bens, com vistas a se colocar recursos no fundo previdenciário. E a emenda do deputado Luciano Ribeiro é até contemplativa, benevolente para o governo do Estado. Eu não posso entender que um governo aliene bens para esse valor custear uma previdência. O que nós entendemos é que esses recursos,

provenientes da venda de um bem, se assim for, têm que ser aplicados para que haja lucro e, aí sim, fazer jus ao custeio desse fundo previdenciário.

Quero chamar a atenção para um fato, Srs. Deputados: vejam a conta do governo e V.Ex^{as} vão observar que cerca de R\$ 1 bilhão e meio, nesses 7 meses, foram pagos de despesas de exercícios anteriores. Só esse recurso cobriria, certamente, o valor pelo qual, provavelmente, será vendido esse bem que o governo pretende alienar. Um bilhão e meio de reais pagos em despesas – de exercícios anteriores – que certamente foram feitas no período eleitoral e que estão comprometendo o orçamento, deste ano, do governo. São quase 5%, meu caro deputado Luciano Ribeiro, que estão sendo comprometidos com despesas que não foram empenhadas no orçamento do ano passado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Portanto, eu digo sempre que prioridade de governo é fazer um trabalho, do ponto de vista fiscal, rígido e com planejamento, visando acima de tudo ao futuro, sobretudo, dos seus funcionários públicos, que são o maior patrimônio de qualquer governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Srs^a Deputadas, amigos da imprensa, queria aqui destacar a visita dos deputados de oposição ao Sul da Bahia, especificamente aos municípios de Ilhéus e Itabuna, onde os deputados de oposição puderam, in loco, verificar diversas obras paralisadas ou obras que não saíram do papel do governo do Estado. Uma dessas visitas foi à Ponte Ilhéus-Pontal que, deputado Sandro Régis, tem se tornado uma verdadeira lenda, foi anunciada com pompa e até hoje se encontra totalmente paralisada. Podemos passar, visitar também a reforma e ampliação do Hospital Regional. A obra também se encontra totalmente paralisada.

Indo para Itabuna, passamos pela importante BR-415, no trecho Ilhéus-Itabuna. Essa BR não tem nem sinal de duplicação. Cadê as obras do governo do Estado? Passamos também na Barragem do Rio Colônia, obras totalmente paralisadas. O Centro de Convenções e o Teatro Municipal de Itabuna, totalmente paralisados também. Cadê essas obras? Obras essas que foram amplamente divulgadas nos programas eleitorais. O PT tirou os dividendos eleitorais dessas obras e elas se encontram paralisadas.

As obras se encontram paralisadas, deputado Luciano Ribeiro e deputado Herzem Gusmão, que puderam acompanhar a nossa comitiva. Isso sem falar no Porto Sul, no Aeroporto Internacional de Ilhéus, na Ferrovia Oeste-Leste.

Ora, meu Deus do céu! Triste Sul da Bahia, que tem sido tratada com desprezo

pelo governo do Estado. E o pior, deputado Herzem Gusmão, é que essa realidade não é só do Sul da Bahia. Diversas obras no Estado estão paralisadas, com obras inacabadas.

Quero parabenizar a iniciativa do jovem deputado, meu colega de partido, Luciano Simões Filho, que, com muita competência, buscou, trabalhou, catalogou as obras paralisadas, e propôs uma CPI, aqui nesta Casa Legislativa. E essa CPI foi arquivada.

Depois de o deputado trabalhar, correr atrás das 21 assinaturas, protocolar na Mesa, disseram que a CPI ia ser arquivada, porque não cabia, não se justificava uma CPI.

Oh! Meu Deus! O que não se justifica são as obras paralisadas do governo do Estado! O que não se justifica é criar-se uma expectativa na população e, logo depois da eleição, não se dar nenhuma satisfação à população do Sul da Bahia. É isso que não se justifica!

E quero aqui mais uma vez parabenizar o deputado Sandro Régis, Líder da nossa Bancada, pela iniciativa de vistoriar, fiscalizar, exercendo o nosso papel de legislador, as obras paradas ou que não saíram do papel aqui no nosso Estado.

Tenho certeza, deputado Herzem Gusmão, de que teremos também uma visita ao município de Vitória da Conquista para constatar in loco o desprezo do governo do Estado, com a sua região. E para terminar quero pedir aqui ao Líder do governo, deputado Zé Neto: V.Ex^a, o governo, já vai tirar um projeto. E por que não tirar o outro, para que votemos o projeto do aumento dos servidores públicos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o projeto de lei nº 21.293/2015, de procedência do Poder Executivo, que autoriza a alienação do imóvel público que indica.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Vítor Bonfim para

relatar a matéria.

O Sr. VITOR BONFIM:- (Lê):- *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao projeto de lei nº 21.293/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza a alienação do imóvel público que indica.*

Através do projeto que ora venho relatar busca, o Poder Executivo, obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para alienação, a título oneroso e mediante leilão, do imóvel de propriedade do Estado, vinculado ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - Funprev, denominado “Antigo Clube dos Aposentados e Pensionistas”, localizado na Rua Padre Silveira Sales, em Piatã, Salvador.

Registre-se que o produto financeiro da alienação será aplicado na capitalização do Funprev, constituindo-se, portanto, em matéria de relevante interesse dos servidores públicos estaduais.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Luciano Ribeiro, propondo que o produto financeiro da alienação seja creditado em conta distinta, mas integrante do Fundo Financeiro, ficando a sua utilização condicionada ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do FUNPREV, podendo ser antecipada, mediante prévia e expressa autorização do CONPREV, após decorridos 5 anos da vigência da Lei.

Opino pela rejeição da emenda. Possuindo 111.939 beneficiários, sendo 91.051 aposentados e 20.888 pensionistas, o FUNPREV é um fundo deficitário, em decorrência de custear os pagamentos dos benefícios previdenciários, da ordem de aproximadamente R\$ 5 bilhões no exercício de 2014 e previsão de R\$ 5,7 bilhões em 2015, tendo como receitas próprias apenas os recursos oriundos das contribuições dos servidores e patronal para o seu financiamento - cabendo ressaltar que esta última deixa de constituir receita para o Fundo a partir da aposentadoria do servidor, o que é agravado ainda pelo fato de a partir desse momento o Fundo passar a arcar com os respectivos proventos de inatividade. Essa situação vem gerando uma crescente insuficiência de caixa ao sistema previdenciário, ficando cada vez mais difícil continuar honrando com as obrigações previdenciárias, apesar dos esforços do Governo em buscar novas fontes de receitas para o Fundo, com a finalidade única de custear esses pagamentos. Registre-se que em 2014 o déficit previdenciário alcançou o montante de R\$ 2,05 bilhões e em 2015 à projeção é de um déficit de R\$ 2,48 bilhões.

Por tudo isso, a necessidade de alternativas de receitas, para o FUNPREV, como a alienação de bens, é fundamental para mitigar o déficit previdenciário, possibilitando a redução de aportes feitos pelo tesouro e disponibilizando recursos para investimentos em outras áreas fundamentais e prioritárias para o cidadão.

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende os requisitos de

legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2015.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há inscrito para discutir o parecer ao projeto.

Em votação.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Na forma do art. 81 do Regimento Interno, requeiro vista ao parecer no âmbito das Comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Concedo vista ao parecer a V.Ex^a, pelo prazo máximo de até 48 horas.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero apenas registrar que teríamos hoje um pedido de urgência para ser votado. Infelizmente, com relação a esse pedido de urgência, também não vamos poder encaminhá-lo.

Mas quero dizer à Oposição, para que fique registrado, que o nosso secretário da Saúde e sua equipe estarão, como firmamos na semana que passou, à disposição da Oposição para discutir e esclarecer os pontos relacionados ao consórcio que estamos visando construir na Bahia. Então, quero reafirmar o nosso compromisso de fazer essa discussão.

Hoje não votaremos o requerimento de urgência, mas quero salientar que, mesmo que tivéssemos votado, temos esta semana ainda para que a Oposição possa fazer suas perguntas, tirar suas dúvidas acerca desse importante projeto, que tem sido debatido na Casa há mais de 4 meses.

Por fim, dizer que, infelizmente, vamos atrasar por mais alguns dias o projeto de lei que estabelece o reajuste do Judiciário, mas, como o relator, deputado Vitor, acabou de ressaltar, precisamos muito cuidar da Previdência do Estado. Esse é um outro tema, Sr. Presidente, ao qual nos próximos meses será necessário que a Casa se debruce. Governo e Oposição devem discutir os caminhos da previdência em nosso Estado muito além da disputa política.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis, Líder da Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu quero, aqui, registrar três pontos em

relação à questão de ordem do competente Líder do governo, deputado Zé Neto.

Primeiro, o projeto não tem 40 dias. Sexta-feira completou 8 dias que o projeto chegou à Casa. Contando sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira, o projeto do consórcio chegou a esta Casa há 12 dias.

O segundo ponto, é que minha Bancada não foi comunicada oficialmente e gostaria de saber o local e o horário em que o secretário estará à nossa disposição, para que possamos conversar com ele, a fim de fazermos nossos questionamentos e chegarmos às nossas conclusões.

O terceiro ponto, é que o secretário venha a esta Casa, ou à Comissão de Saúde ou a outra comissão pertinente, não só para conversar com os deputados da Oposição, mas com todos os deputados, para que se possa chegar a uma conclusão. Se a Bancada da Oposição se convencer que esse é um projeto bom para a Bahia, ele será votado.

Para isso, Sr. Presidente, precisamos conhecer o projeto. Precisamos conversar com o secretário. Conversa de cafezinho não adianta. O projeto chegou há 8 dias, não passou por qualquer comissão e querem que seja votado açodadamente!

Então, quero saber quando o secretário estará à nossa disposição?

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, fico à disposição do Líder da Oposição. E quero dizer que tive o cuidado de, antes mesmo de visitar V.Ex^a com o secretário, perguntar se o Líder da Oposição estava no Plenário. Como ele estava no cafezinho, fui até lá e encontrei o Líder. Pensei que seria mais aconchegante, do ponto de vista do bom entendimento, falar pessoalmente com o Líder. Levei o secretário ao Líder. O secretário disse que estaria à disposição, e também fiquei à disposição dele.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, diga o local e o horário.

O Sr. Zé Neto:- Posso deixar o telefone de Mateus, que é o chefe de gabinete do secretário, para que ele tenha o acesso.

O deputado Pablo ficou de conversar com o secretário do município, José Antônio Barbosa, e depois encaminhar a solicitação. Então, amanhã...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, farei uma ponderação. V.Ex^a, enquanto Líder do governo... Sei que o secretário da Saúde já esteve aqui e se reuniu com a Bancada do governo. V.Ex^a tem até segunda-feira para telefonar para o deputado Sandro Régis e informar o local e o horário.

O Sr. Zé Neto:- Farei isto, mas quero esclarecer que, quando falei da discussão do processo... Na verdade, há 4 meses fizemos um debate aqui, de 4 horas, o governo e a Oposição, com o secretário, para discutir ponto a ponto o consórcio. Desta feita, trouxemos o secretário. Agora...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem...

O Sr. Zé Neto:- (...) estamos fazendo esse debate bancada com bancada. Mas quero lembrar, apenas para não ficar parecendo que não trouxemos este tema para cá, que os deputados da Oposição estiveram lá e o secretário foi muito elogiado. Discutimos tudo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ele quer saber o dia, horário e local. Acho importante o secretário da Saúde conversar com a Bancada da Oposição.

Tendo em vista que esse projeto está sobrestando a pauta, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.